



Edição Especial

Atente

INDICADOR DE RUMOS DA INFORMAÇÃO

Teresina(PI) | Maio/Junho/2019 | Nº 01

Sistema da Dívida afeta a vida de todas as pessoas

Diz coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fatorelli

ENTREVISTA PÁG-3

Greve Geral

Contra a Reforma da Previdência dia 14/6

“Ou derrotamos Bolsonaro ou ele massacra a gente”



Paralisação da Educação dia 15, em Teresina, reuniu 5 mil manifestantes que protestaram pelas principais ruas do centro da cidade

A imprensa cumpre o papel deplorável



“Temos uma imprensa que sempre mostra de que lado está, apesar de ser uma concessão pública, é a primeira a defender privatizações. Defender que o Brasil entregue suas riquezas a grandes banqueiros, latifundiários, grandes empresários e empresas internacionais. Defendem a Reforma de Bolsonaro de acabar com aposentadoria. Não vemos nenhuma única rede de comunicação que levante pelo menos a polêmica se existe ou não déficit. Então é um papel deplorável esse que a imprensa cumpre.”

Madalena Nunes - ENTREVISTA - Página 10

Cultura

As pérolas do Cartunista Joaquim Monteiro, pela jornalista Ohana Luize, Página 12

Aposentadoria ameaçada



Governador Wellington Dias quer empurrar a maioria dos servidores para o INSS. Ele ajuizou uma ação no STF, a ADPF nº 573, que, se for acatada, alguns artigos da Lei Estadual nº 4546/1992, que mudou o regime jurídico dos servidores do Estado do Piauí de celetista para estatutário...

Página 9

Sindicato dos Urbanitários e os impactos da privatização da Cepisa - Página 9

SEEBF-PI: Seminário obre Reforma da Previdência



Ex-ministro Carlos Gabas

“O que ele está propondo agora é uma redução absurda de direitos. Basta dizer que quer reduzir o benefício de idosos pobres, deficientes pobres de um salário mínimo para R\$ 400 reais, e ao mesmo tempo mantém benefícios para empresas petrolíferas estrangeiras que não pagam contribuições, abrindo mão de R\$ 1 trilhão de reais de impostos. Porque temos que isentar empresas petrolíferas estrangeiras e reduzir o benefício do idoso pobre, quê que justifica isso?”

Página 8

Editorial

Bolsonaro já era!

Até para aqueles (as) que lhe sustentaram o ego fascista-narcisista..., Bolsonaro envenena-se com a própria língua, ao chamar estudantes de “idiotas úteis”. Página 2

SINDSERM 30 anos de luta!



Em 29 de abril ocorreu a premiação para os ganhadores da corrida na categoria de servidores (masculino e feminino). O evento foi no Museu do Piauí e ainda teve o corte do bolo de 30 anos de SINDSERM

Com um percurso de 5 Km, percorrido ao longo das ruas do centro de Teresina, passando em frente ao prédio onde funcionava o Ministério do Trabalho e também na sede da Prefeitura Municipal de Teresina, o evento foi finalizado em frente ao Sindicato assim como foi na largada. Página 10

Editorial



Bolsonaro já era!

Por Carlos Mascarenhas

As ruas comprovam. O pontapé foi anunciado no Primeiro de Maio, no Piauí e em outros estados. Milhões saíram às ruas em protesto gritando “Fora Bolsonaro!”, “Lula Livre!” e “Não à Reforma da Previdência..!”. Os dias seguem. 15 de maio: Greve Nacional da Educação convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), ampliou o repúdio ao governo, que dentre suas maluquices anunciou o corte de verbas das universidades públicas e institutos federais. O anúncio do corte pelo ministro da educação, comprova-se um tolo a serviço do robô. Mas a resposta da categoria..., a esse absurdo, foi rápido.

O som das ruas de “Fora Bolsonaro..!” naquele 15 de maio ecoou em Dallas, EUA, onde Jair B passava de presidente. Apesar de ridicularizado internacionalmente, finge não se incomodar com os protestos, contudo, cairá por causa destes também. Diz que não se incomoda mas parte para o ataque, chama os estudantes de “idiotas úteis”. Mas quem é o tal pra tratar os estudantes assim? Um “mito” de fabricação ultraliberal, sem conteúdo, a imprensa, antes parceira, anuncia seu declínio, o pior presidente que o Brasil já teve, e isso em pouco tempo de governo, inclusive considerado assim por aqueles que o ajudaram afundar o país no caos. Arrepentidos, agora pulam do barco... pra não ser cúmplice da tragédia que indicava o óbvio, hoje na boca de todos: “Bolsonaro é um idiota inútil!”.

Seu fim, prospectam os analistas, será trágico. Renúncia, tiro no peito ou no coração não faz diferença. Que seja ele, em vez do povo... Exceção feita ao impeachment, que sofrerá, caso não decida bem por uma das duas opções, pois até aqueles (as) que lhe sustentaram o ego fascista-narcisista-financista pra chegar a aonde chegou, percebem que se envenena com a própria língua, parte do corpo que mais faz o ser humano sofrer. Suas atitudes de estimulador de violência, ódio, intolerância, subserviência..., não combinam com o cargo de presidente de um país como o Brasil, a oitava economia do mundo, e nesse governo de direita, entreguista, autoritário, o país volta à condição de vira-lata. No quesito violência, tem a polícia que mais mata..., mulheres, jovens, crianças, negros e pobres da periferia. A PF aponta nas investigações a ligação do clã com as milícias, assassinos – mandantes e executores de Marielle... Se a casa for de palha o fogo logo se espalhará. Resta saber se tem bombeiro suficiente. Pelo visto o jeito mesmo é escolher a tempo uma das opções acima. Enfim, sigamos.

Os ataques aos direitos da classe trabalhadora vem do golpista Temer, que sancionou sem veto a Reforma Trabalhista, com objetivo de fomentar o emprego, combater a insegurança jurídica e assegurar maior competitividade aos negócios no Brasil. Mas nada disso aconteceu. Pelo contrário, não apresentou os resultados alardeados. A taxa de desemprego subiu para 12,7% no trimestre encerrado em março/2019, atingindo 13,4 milhões de brasileiros, segundo apurado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Com Bolsonaro e seu bando os ataques se aprofundam, o que se pode comprovar na página 7: “O Impactos da PEC 6/2019 nas Relações de Trabalho”, onde se mostra como governo quer a qualquer custo acabar com a nossa aposentadoria, ao propor entregá-la para o sistema financeiro. E pra isso não mede esforços, oferece 40 milhões de reais para deputados votarem favorável a sua Reforma da Previdência. Na verdade desmonte da Previdência Social Pública. Os deputados do Piauí que já manifestaram apoio a tal, o fazem talvez atraídos por esses 40 milhões, segundo Madalena Nunes, em entrevista na página 10. Engraçado, alega que o país está em crise e por isso justifica sua proposta de RP, mas tem a sua disposição 40 mi pra fazer corrupção, coisa que diz combater; é simplesmente ridículo, tá sem rumo...

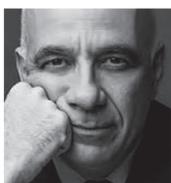
Ademais, tenta inviabilizar o funcionamento das universidades públicas cortando as verbas..., enfim, a saída realista pra enfrentar esse governo coberto de mentira, é a GREVE GERAL DOS DIAS 30/5 e 14/JUNHO, convocado pelas centrais sindicais, movimento estudantil, sindicatos, movimentos de mulheres... As lideranças com quem nossa reportagem conversou, pra esta edição especial – Lucineide Barros, Zelma Cavalcante, Albertiza Moreira, Paulo Bezerra (presidente da CUT-PI) explicam porque é urgente derrotar a Reforma da Previdência de Bolsonaro. “Ou derrotamos o governo ou ele massacra a gente”. Pelas manifestações já acontecidas, e as anunciadas, já se ouve nas ruas, nos bares, locais de trabalho... “Bolsonaro já era!”



Expediente Atente

Jornalistas: Francisco Carlos Mascarenhas - Editor - DRT-PI 1696
E-mail: atentemascarenhas@gmail.com
Contatos: (86) 9 9861-8381 / 9 9472-3958

Jornalista Diagramador: Giovanni Castro DRT-PI 001709
Contato: (86) 9 8878-1162



Jessé Sousa fez graduação em direito e mestrado e sociologia na UnB, e doutorado em sociologia na Universidade de Heidebergue, na Alemanha. É autor principal de 27 livros e de mais de cem artigos e capítulos de livros em vários idiomas. Publicou *A tolice da inteligência brasileira* e *A radiografia do golpe pela LeYa* em 2015 e 2016. Atualmente é professor titular de sociologia da UFABC.

Os 100 dias de um idiota no poder

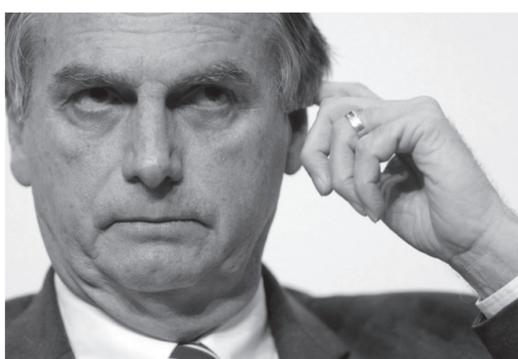
A eleição de Jair Bolsonaro foi um protesto da população brasileira. Um protesto financiado e produzido pela elite colonizada e sua imprensa venal, mas, ainda assim, um “protesto”. Para a elite o que conta é a captura do orçamento público e do Estado como seu “banco particular” para encher o próprio bolso. A reforma da previdência é apenas a última máscara desta compulsão à repetição.

Mas as outras classes sociais também participaram do esquema. A classe média entrou em peso no jogo, como sempre, contra os pobres para mantê-los servis, humilhados e sem chances de concorrer aos privilégios educacionais da classe média. Os pobres entraram no jogo parcialmente, o que se revelou decisivo eleitoralmente, pela manipulação de sua fragilidade e pela sua divisão proposital entre pobres decentes e pobres “delinquentes”. Juntos, a guerra social contra os pobres e entre os pobres, elegeram Bolsonaro e sua claqué.

Foi um protesto contra o progresso material e moral da sociedade brasileira desde 1988 e que foi aprofundado a partir de 2002. Estava em curso um processo de aprendizado coletivo raro na história da sociedade brasileira. Como ninguém em sã consciência pode ser contra o progresso material e moral de todos, o pretexto construído, para produzir o atraso e mascarar-lo como avanço, foi o pretexto, já velho de cem anos, da suposta luta contra a corrupção.

A “corrupção política”, como tenho defendido em todas as oportunidades, é a única legitimação da elite brasileira para manipular a sociedade e tornar o Estado seu banco particular. A captura do Estado pelos proprietários, obviamente, é a verdadeira corrupção que, inclusive, a “esquerda” até hoje, ainda sem contra discurso e sem narrativa própria, parece ainda não ter compreendido.

Agora, eleição ganha e Bolsonaro no poder, começam as brigas intestinais en-



tre interesses muito contraditórios que haviam se unido conjuntamente na guerra contra os pobres e seus representantes. Bolsonaro é um representante típico da baixa classe média raivosa, cuja face militarizada é a milícia, que teme a proletarização e, portanto, constrói distinções morais contra os pobres tornados “delinquentes” (supostos bandidos, prostitutas, homossexuais, etc.) e seus representantes, os “comunistas”, para legitimar seu ódio e fabricar uma distância segura em relação a eles. Toda a sexualidade reprimida e toda o ressentimento de classe sem expressão racional cabem nesse vaso. O seu anticomunismo radical e seu antintelectualismo significam a sua ambivalente identificação com o opressor, um mecanismo de defesa e uma fantasia que o livra de ser assimilado à classe dos oprimidos. Olavo de Carvalho é o profeta que deu um sentido e uma orientação a essa turma de desvalidos de espírito.

A escolha de Sérgio Moro foi uma ponte para cima com a classe média tradicional que também odeia os pobres, inveja os ricos, e se imagina moralmente perfeita porque se escandaliza com a corrupção seletiva dos tolos. Mas apesar de socialmente conservadora, ela não se identifica com a moralidade rígida nos costumes dos Bolsonaroístas de raiz que estão mais perto dos pobres. Paulo Guedes, por sua vez, é o laçao dos ricos que fica com o quinhão destinado a todos

aqueles que sujam a mão de sangue para aumentar a riqueza dos já poderosos.

Os 100 dias de Bolsonaro mostram que a convivência desses aliados de ocasião não é fácil. A elite não quer o barulho e a baixaria de Bolsonaro e sua claqué que só prejudicam os negócios. Também a classe média tradicional se envergonha crescentemente do “capitão pateta”. Ao mesmo tempo sem barulho nem baixaria Bolsonaro não existe. Bolsonaro “é” a baixaria. Sérgio Moro, tão tolo, superficial e narcísico como a classe que representa, é queimado em fogo brando já que o Estado policial que almeja, para matar pobres e controlar seletivamente a política, em favor dos interesses corporativos do aparelho jurídico-policial do Estado, não interessa de verdade nem a elite nem a seus políticos. Sem a mídia a blindá-lo, Sérgio Moro é um fantoche patético em busca de uma voz.

O resumo da ópera mostra a dificuldade de se dominar uma sociedade marginalizando, ainda que em graus variáveis, cerca de 80% dela. Bolsonaro e sua penetração na banda podre das classes populares foi útil para vencer o PT. Mas ele é tão grotesco, asqueroso e primitivo que governar com ele é literalmente impossível. A idiotice dele e de sua claqué no governo é literal no sentido da patologia que o termo define. Eles vivem em um mundo à parte, comandado pelo anti-intelectualismo militante, o qual não envolve apenas uma percepção distorcida do mundo. O idiota é também levado a agir segundo pulsões e afetos que não respeitam o controle da realidade externa. Um idiota de verdade no comando da nação é um preço muito alto até para uma elite e uma classe média sem compromisso com a população nem com a sociedade como um todo. Esse é o dilema dos 100 dias do idiota Jair Bolsonaro no poder.

Sou feminista de carteirinha

Hortência Mendes
Feminista e terapeuta naturista

“Falho muito, acerto pouco, Mas, se dar certo
Sou orgasmo! (Inês Almeida).”

Segundo Engels no seu clássico – A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado, o desenvolvimento de todos os ramos de produção – criação de gado, agricultura, ofícios manuais e domésticos – tornou a força de trabalho do ser humano capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção. Aumentou o trabalho de cada membro da família e se fez necessário buscar mais força de trabalho o que se logrou através das guerras – os prisioneiros foram transformados em escravos. Dado a condição histórica geral de então essa foi a primeira divisão social de trabalho, que aumentou ainda mais a produtividade e a riqueza; nasce assim a primeira grande divisão da sociedade em classes: Senhores e escravos.

Todo excedente da produção pertencia agora ao homem, a mulher participava do consumo, não da propriedade. Nasce o “selvagem”, o “guerreiro” o “macho”. O trabalho doméstico visto até então como fundante da sociedade e por isso a mulher que o desempenhava era a suprema na hierarquia familiar, perde esse espaço com a mudança social fora da família. O homem é o supremo agora, retira o direito materno, consolida o direito paterno, introduz a monogamia e a família individual se torna uma potência em detrimento à genes e a tribo.

As teorias feministas ao longo de sua construção entendem a história das sociedades como história da subordinação das mulheres pelos homens. As mulheres têm sido sempre sentidas pelos homens como o “sexo perigoso” e eles – os homens tem procurado evitar esse perigo pela exclusão das mulheres da posição de autoridade fora da família. Apesar, de como disse Hannah Arendt, sempre fomos privadas de sermos vistas e ouvidas, não nos calamos e nem de-

sistirmos de construir uma vida de felicidade para a humanidade.

O movimento feminista inaugurou o discurso/descoberta de que o Patriarcado deve ser superado para que ocorra uma transformação cultural completa e se conquiste a equidade de gênero, onde mulheres e homens construam e participem igualmente de todas as tarefas fundamentais para a manutenção da espécie e da sociedade. Na criação e educação de filhos e filhas, no exercício da política e da economia, na construção da ciência e no exercício do poder de decisão, etc; pois o Patriarcado segundo Isaac Balbus não é uma parte isolada de uma determinada sociedade humana, mas uma presença difusa no seio dela. A dominação sexual é a base e fundamento da dominação patriarcal.

Superar a sociedade patriarcal é, portanto uma tarefa política para se construir uma civilização totalmente nova, uma civilização sem dominação. As mulheres e o movimento feminista agem e pensam no plural. Que as leis trabalhistas reflitam as necessidades de trabalhadoras e trabalhadores; que nossas famílias sejam espaços de bem estar para todas as crianças e todos os membros da família; Que a sociedade se organize de forma que os direitos de mulheres e de homens sejam respeitados; que toda a forma de trabalhar seja edificante para as pessoas. O feminismo luta pela emancipação humana. Não existe, pois na atualidade nenhum movimento mais solidário e comprometido com a felicidade humana que o feminismo.

Simone de Beauvoir impulsionou e fortaleceu a teoria feminista quando dos seus escritos sai a frase que revolucionou o próprio movimento: Não se nasce mulher, torna-se. Não nascemos para servir os homens

ou seus costumes e instintos patriarcais. Não nascemos para obedecer aos ditames e estatutos editados pelos machos e nem mesmo para só cuidar das tarefas domésticas. Foi o movimento feminista que durante longas décadas abriu os olhos das mulheres que dormiam em seu “lar-doce-lar”; que quebrou o disco que cantarolava em nossos ouvidos que ser mãe é padecer no paraíso.

O feminismo desnudou o mundo masculino onde os privilégios são sempre dos homens. O mundo que permite que o homem abuse, violento, rebaxe, destrua e mate uma mulher. Esse mundo deve ser abolido para sempre. Queremos um mundo onde as mulheres sabem que não é só o fato de trabalhar fora de casa, de poder votar e ser votada que vai nos promover a liberdade é necessário muito mais. Queremos um mundo de mulheres pensantes, construtoras, livres e capazes. Uma nova mulher vivendo sua própria vida. Livre do poder opressor do homem.

Rosa de Luxemburgo, August Bebel e Clara Zetkin colocaram na Alemanha socialista a luta feminina em pé de igualdade com a luta pelos direitos dos operários e essa conquista baliza a luta pelos direitos iguais entre mulheres e homens. É também o início da revolução feminina. Quebram-se as portas dos banheiros das fábricas para que as mulheres tenham o direito de ir vir sem serem vigiadas; retira-se o véu que encobria o uso e abuso sexual de crianças e adolescentes; desmascara-se o machismo sindical e nossos corpos agora nos pertencem. Não é dos homens, nem do estado nem das igrejas. Nossos corpos são nossos!

Se fecharmos nossas pernas e nunca mais transarmos com nenhum homem a humanidade se acaba, pois não existe vida sem óvulo fecundado!

Sistema da Dívida afeta a vida de todas as pessoas

De que maneira?

Por Carlos Mascarenhas

Para responder a esta e a outras perguntas, ATENTE entrevistou a Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida-ACD, Maria Lúcia Fatorelli. “O Sistema da Dívida corresponde à utilização do endividamento público às avessas..., para operar, tal sistema conta com um conjunto de engrenagens articuladas compostas por privilégios legais, políticos, econômicos, em conjunto com a grande mídia, além de determinante suporte dos organismos financeiros internacionais para impor medidas que favorecem a atuação do Sistema da Dívida que afeta a vida de todas as pessoas”. Na entrevista que segue, feita por e-mail, Fatorelli explica porque os grandes interesses financeiros que querem se apoderar do nosso patrimônio e da Previdência não deixam que a auditoria seja feita... “Infelizmente, diz ela, esses interesses subordinaram todos os governantes até agora”, levando-a sentenciar: “Basta!”. Como não acredita em solução que virá de cima, defende uma grande mobilização de base social consciente. Auditora Fiscal da Receita Federal por quase 30 anos, acredita que a crise econômica atual e a explosão do estoque da chamada dívida pública tem sido a justificativa para todas as medidas que retiram direitos sociais – principalmente a contrarreforma da Previdência de que trata a PEC 6/2019 ... Para Fatorelli: “A atual crise econômica foi produzida pela política econômica suicida do Banco Central”. A convite do Núcleo ACD-PI, esteve em Teresina dia 21 de março, onde participou do Seminário Dívida Pública, Securitização de Créditos e Reforma da Previdência. O evento aconteceu das 14h às 16h no auditório do IFPI. Atente para suas genuínas reflexões. Boa leitura.

REVISTA ATENTE - Primeiro, agradecer sua atenção em conceder esta entrevista. Dito isto, lembro que é praxe pedirmos nosso entrevistado (a) que inicie esta ... reportando-se um pouco sobre sua trajetória, militância, vida acadêmica..., neste sentido, sintase à vontade para...

MARIA LUCIA FATORELLI - Graduei-me em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Ciências Contábeis pela Faculdade Machado Sobrinho; me especializei em Administração Tributária pela FGV-EAESP. Fui auditora fiscal da Receita Federal por quase 30 anos, e presidi o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais. Coordeno, desde 2001, a Auditoria Cidadã da Dívida, entidade que luta pelo cumprimento da Constituição Federal no que diz respeito à realização da auditoria da dívida pública e pela transparência na utilização dos recursos públicos.

RA - Que análise a senhora faz desses 18 anos de existência da ACD, situando dentro desse cenário a justificativa do governo Bolsonaro, de querer impor goela abaixo da população, através da PEC 6/2019, a tal Reforma da Previdência?

MLF - A Auditoria Cidadã da Dívida vem, ao longo de todos esses anos, revelando o verdadeiro papel do Sistema da Dívida na economia do país, por meio da realização de inúmeros estudos, publicações, eventos, como divulgamos em nossas páginas www.auditoriacidadada.org.br e no Facebook. Nosso objetivo tem sido cumprido, pois temos popularizado o conhecimento e o debate sobre o Sistema da Dívida, que afeta a vida de todas as pessoas. No cenário atual esse debate ganha ainda mais importância, pois a “crise econômica” atual e a explosão do estoque da chamada dívida pública têm sido a justificativa para todas as medidas que retiram direitos sociais – principalmente a contrarreforma da Previdência de que trata a PEC 6/2019 -, e também para outras graves medidas, em especial as privatizações de inúmeras empresas públicas e a entrega de grande parte do fluxo da arrecadação tributária para investidores privilegiados durante o percurso dos recursos pela rede bancária,

de tal forma que tais recursos sequer alcançarão os cofres públicos.

RA - Qual a origem dessa crise? Quem a produziu?

MLF - No momento o mais relevante é entender que a origem dessa crise que afeta a economia do Brasil a partir de 2015, não decorre do excesso de gastos com a manutenção do Estado ou com os direitos sociais, como propagandeado pelo governo e grande mídia. Essa crise foi produzida principalmente pela política monetária do Banco Central, ao manter taxas de juros elevadíssimas (a taxa básica Selic ficou em 14,25% por mais de um ano) e, adicionalmente, o Banco Central secou a possibilidade de investimentos e amarrou a economia ao aceitar o depósito e remunerar regimento toda a sobra de caixa dos bancos em montantes cada vez mais elevados, superando a cifra de R\$ 1 trilhão em 2016 e atingindo o absurdo valor de R\$1,287 Trilhão em 2017. Essa conjugação de políticas erradas provocou aumento brutal dos juros de mercado, faliu indústrias, demais empresas de todas as áreas e jogou milhões de brasileiros e brasileiras no desemprego (Ver artigo publicado em 2017, disponível em <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/o-que-provocoou-crise-economica-atual/>).

RA - Mas poucas pessoas percebem isso?

MLF - Infelizmente, não percebem com clareza a produção dessa crise financeira, que está servindo de justificativa para a adoção de diversas medidas que levam ao aprofundamento do poder econômico dos bancos, pois estes cada vez mais adquirem as melhores empresas submetidas à privatização; usufruem dos mecanismos que geram dívida pública ilegítima; são os maiores beneficiários das despesas financeiras com juros da dívida que ficam fora do teto de gastos estabelecido pela Emenda Constitucional no 95; quem se apropriar diretamente da arrecadação tributária com o mecanismo da chamada “Securitização de Créditos Públicos” de que trata o PLP 459/2017, e, mais uma vez, os bancos serão os maiores beneficiários da destruição, pela PEC 6/2019, do regime de solidariedade que tem regido

a Previdência Social desde a Constituição de 88, que a referida PEC 6 pretende substituir por regime de capitalização irresponsável.

RA - Por que tais informações não chegam à maioria da população?

MLF - Porque somente economistas e articulistas que defendem a pauta de interesse do setor financeiro têm espaço na grande mídia conservadora e nos demais meios acadêmicos e sociais dominados por elites também conservadoras, financiadas por organismos internacionais ligados ao setor financeiro. Nesse sentido, o papel da Auditoria Cidadã da Dívida tem sido fundamental para levar essas informações a todas as pessoas que arcam com a conta do Sistema da Dívida e estão correndo o risco de perder a Previdência Social por causa da PEC 6/2019.

RA - O que a senhora define como Sistema da Dívida Pública?

MLF - O “Sistema da Dívida” corresponde à utilização do endividamento público às avessas, ou seja, em vez de servir para aportar recursos ao Estado, o processo de endividamento tem funcionado como um instrumento que promove uma contínua e crescente subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente ao setor financeiro privado. Esse esquema funciona por meio de diversos mecanismos que geram dívidas, na maioria das vezes sem qualquer contrapartida real, seguidos de outros mecanismos que promovem seu contínuo crescimento. Para operar, tal sistema conta com um conjunto de engrenagens articuladas compostas por privilégios legais, políticos, econômicos, em conjunto com a grande mídia, além de determinante suporte dos organismos financeiros internacionais para impor medidas que favorecem a atuação do “Sistema da Dívida”. As experiências de auditoria já realizadas têm demonstrado que o “Sistema da Dívida” segue um modus operandi semelhante em diversos países, passando por fases permeadas de fatos graves, tais como:

- geração de dívidas sem contrapartida alguma ao país ou à sociedade;
- aplicação de mecanis-

mos meramente financeiros (tais como taxas de juros abusivas; atualização monetária automática e cumulativa; cobrança de comissões, taxas, encargos; swap cambial; operações comprometidas; contabilização de juros como se fosse amortização etc.) que fazem a dívida crescer continuamente, também sem qualquer contrapartida real;

- refinanciamentos que empacotam dívidas privadas (dívidas de grandes empresas e bancos) e outros custos que não correspondem a entrega de recursos ao Estado, provocando elevação ainda maior no volume do endividamento, e beneficiando principalmente o setor financeiro privado nacional e internacional;
- esquemas de “salvamento de bancos” que promovem a transformação de dívidas privadas em dívidas públicas;

- mecanismos de política monetária insana, como a remuneração da sobra de caixa dos bancos no Brasil, que utiliza indevidamente as “operações Compromissadas”, e, ao mesmo tempo, gera elevados montantes de dívida pública, gera despesa financeira elevadíssima com a sua remuneração, gera escassez de moeda no mercado e provoca a elevação das taxas de juros, impedindo o funcionamento da economia real;
- utilização do endividamento gerado dessa maneira como justificativa para a implementação de medidas macroeconômicas – Planos de Ajuste Fiscal - determinadas pelos organismos internacionais (principalmente FMI e Banco Mundial), tais como: privatizações, reforma da previdência, reforma trabalhista, reforma tributária, medidas de controle inflacionário, liberdade de movimentação de capitais etc. Tais medidas são contrárias aos interesses coletivos e visam retirar recursos públicos para destiná-los ao “Sistema da Dívida”, beneficiando principalmente ao mesmo setor financeiro.

RA - Quer dizer que tais mecanismos fazem parte da

engrenagem que funciona pra transferência de renda para o setor financeiro privado, é isso?

MLF - Sim, estatísticas do próprio Banco Central demonstram que em 2015, apesar da recessão que provocou desindustrialização, queda no comércio, desemprego e retração do PIB em quase 4%, o LU-

CRO DOS BANCOS foi 20% superior ao de 2014, atingindo R\$ 96 bilhões, e teria sido 300% maior não fossem as exageradas provisões que atingiram R\$ 183,7 bilhões, e reduzem seus lucros tributáveis, ou seja, é evidente a transferência de recursos públicos para os bancos por meio do Sistema da Dívida.



RA - A Auditoria da Dívida Pública do Brasil está garantida na Constituição de 1988, já foi tentada várias vezes, inclusive foi feito um plebiscito no ano 2000 com mais de 6 milhões de assinaturas, e no entanto, nunca se conseguiu tal feito, por quê?

MLF - Porque quem manda no Brasil é o sistema financeiro. O atual ciclo da dívida pública (que começou como dívida externa e depois foi em grande parte transformada em interna) teve início nos anos 70, e, desde então, o problema nunca foi enfrentado, apesar de diversas Comissões do Congresso Nacional terem comprovado que tal dívida é repleta de indícios de ilegalidade, ilegitimidade e até fraudes, tais como a suspeita de renúncia à prescrição, diversas transformações de passivos privados em dívidas públicas, além de mecanismos financeiros que geram dívida sem contrapartida alguma ao país ou à sociedade, a exemplo das escandalosas operações comprometidas, antes mencionadas.

RA - E é porque tivemos vários presidentes...

MLF - Diversos presidentes desde o início desse ciclo, e nenhum enfrentou o Sistema da Dívida, apesar da previsão constitucional a partir de 1988. As descobertas da Auditoria Cidadã da Dívida têm demonstrado que a chamada dívida pública é o nó

que amarra o Brasil. Se fosse feita auditoria, em um único mecanismo desta questionável dívida, nos últimos 5 anos os bancos não teriam ganho de R\$ 526 bilhões (quinhentos e vinte e seis bilhões de reais): valor da remuneração da sobra de caixa dos bancos pelo Banco Central, através do uso indevido das “Operações Compromissadas” que superam a casa do TRILHÃO desde 2016! Bancos ganharam outras centenas de bilhões com os juros exorbitantes também definidos pelo Banco Central, e com os sigilosos contratos de swap cambial também oferecidos pelo Banco Central. Aí é que está o privilégio obscuro, sigiloso, que beneficiou os bancos enquanto quebrava a economia brasileira e criava a “crise” que está servindo de justificativa para a destruição da Previdência Social e para a entrega brutal de patrimônio por meio das privatizações de empresas estratégicas e lucrativas, como a Eletrobrás, Petrobrás etc.

RA - Quer dizer, feita a auditoria a crise terá fim?

MLF - Sim, feita a auditoria e interrompida essa política monetária suicida praticada pelo Banco Central, a “crise” terá fim imediatamente, pois a economia será irrigada por mais de 1 trilhão que hoje estão esterilizados no Banco Central, gerando dívida pública, gerando despesa elevadíssima com a sua remuneração

“A atual crise econômica foi produzida pela política econômica suicida do Banco Central”

aos bancos, e gerando escassez de moeda nos bancos, o que faz com que as taxas de juros de mercado no Brasil sejam indecentemente elevadas, quebrando indústrias e demais empresas.

RA – Quem impede a auditoria de não ser feita?

MLF - Os grandes interesses financeiros que querem se apoderar do nosso patrimônio e da Previdência não deixam que seja feita a auditoria. Infelizmente, esses interesses subordinaram todos os governantes até agora, e, para que o mercado não corra o risco de mudança, querem a “independência” do Banco Central, de tal forma que somente o próprio mercado financeiro poderá administrá-lo e o presidente da República sequer poderá demitir seus diretores... Por isso a sociedade precisa tomar conhecimento de nossa realidade financeira e construir uma grande mobilização social. A solução não virá de cima, mas da base social consciente.

RA – A senhora fez parte da equipe que auditou a dívida pública do Equador, a convite do presidente Rafael Correa, e também participou do Comitê da Verdade sobre a Dívida Pública da Grécia, instituído pelo parlamento grego. Nestes dois casos, o que a Auditoria da Dívida Pública revelou? Sua gente foi beneficiada com esse trabalho? Se foi pode dizer em qual área, segmento social se pode verificar isso?

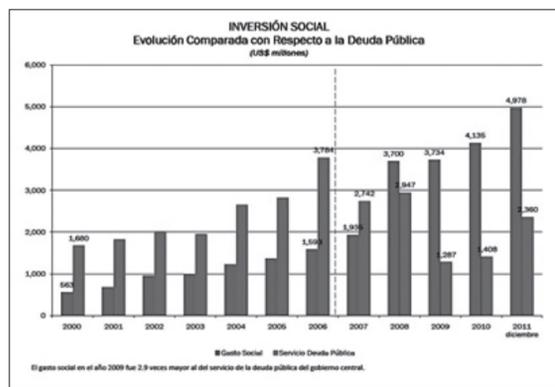
MLF – A experiência de auditoria oficial da dívida pública realizada no Equador tem sido um exemplo para todo o mundo e inspirou a realização da CPI da Dívida Pública no Brasil em 2009/2010, e a inauguração da Comissão da Verdade por parte do Parlamento Grego em 2015. O resultado da auditoria no Equador é um grande exemplo também para o Brasil, especialmente devido ao fato de a história da dívida externa em toda a América Latina é extremamente semelhante no período de 1970 a 2000.

A auditoria equatoriana permitiu uma inversão nos gastos governamentais, o que possibilitou a erradicação do analfabetismo, a multiplicação dos salários dos professores, a recuperação do sistema de saúde pública que já não existia no país, além da realização de diversos investimentos geradores de emprego. O gráfico a seguir mostra o comportamento dos gastos sociais, em comparação com os gastos com a dívida pública no Equador, no período de 2000 a 2011. Observe que a partir de 2007, quando o presidente Rafael Correa assume o poder e cria a comissão de auditoria, já se percebe uma queda no volume de recursos destinados à dívida. Em 2008, logo após a entrega do relatório de auditoria, venceria uma grande parcela de juros. Diante das evidências de ilegalidades, ilegitimidades e até fraudes comprovadas, o presidente suspendeu o pagamento dos juros e destinou os recursos integralmente para as áreas de saúde e educação. Pela primeira vez na história inverteu-se a equação e os gastos sociais superaram os gastos com a dívida. No ano seguinte - 2009 - quando o presidente consegue anular 70% da dívida externa em títulos, que era justamente a parcela mais onerosa da dívida equatoriana, há uma queda brutal nos gastos com a dívida e o gastos sociais sobressaem, mantendo o ritmo crescente.

É importante observar que a partir de 2011 os gastos com

a dívida voltam a crescer, o que mostra que o país não ficou

isolado e continuou tendo acesso a créditos financeiros.



RA – E no caso do Brasil?

MLF - No caso do Brasil, com a aprovação da EC 95, não será possível triplicar os investimentos sociais, como fez o Equador. Estamos submetidos ao teto dos gastos primários por 20 anos, e todos os recursos acima desse teto se destinarão ao Sistema da Dívida, o que é inaceitável, por isso essa esdrúxula EC 95 precisa ser urgentemente revogada.

A auditoria grega fez importantes descobertas (Ver artigo <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/544075-tragedia-grega-esconde-segre-do-de-bancos-privados>), mas o governo de Alexi Tsipras se rendeu às exigências da Troika - que envolve o FMI (que sempre atua em favor dos bancos privados internacionais), a Comissão Europeia, e o Banco Central Europeu (que tal como o FED, é privado e comandado pelos grandes bancos) - e ignorou as recomendações da comissão parlamentar. O resultado está aí: o país teve que privatizar praticamente todo o seu patrimônio para pagar dívidas ilegítimas e reduziu brutalmente os direitos sociais e os salários e aposentadorias de seu povo.

RA - Como define Dívida Pública? Como ela acontece? Desde quando existe? Quem a contraiu, no caso do Brasil?

MLF – Em tese, a dívida pública é definida como o conjunto de empréstimos que o setor público (governos e empresas públicas) assumem junto ao mercado financeiro (bancos privados) nacional ou internacional, ou junto a outros países, ou organismos internacionais (principalmente FMI e Banco Mundial). No entanto, as investigações da Auditoria Cidadã têm demonstrado que os empréstimos regulares são como gota d’água no oceano e a maior parte, em todos os casos já analisados, corresponde ao funcionamento do Sistema da Dívida, que já expliquei.

Já tivemos ciclos de endividamento anterior, mas o atual iniciou-se a partir dos anos 70. A explosão do crescimento da dívida externa se deu a partir de 1971, devido ao fim da paridade dólar-ouro nos Estados Unidos. Os bancos privados internacionais que controlam o banco central norte-americano (FED), que emite o dólar, passaram a ofertar empréstimos a taxas aparentemente baixas, porém variáveis. Os mesmos bancos que controlavam o FED eram em grande parte os mesmos credores, e elevaram essas taxas a mais de 20% ao ano no início da década de 80. Isso provocou a crise de 82, possibilitou a entrada do FMI em 83 e a continuidade do crescimento da dívida e da submissão ao modelo econômico que emperra o Brasil até hoje.

Na década de 90 houve a escandalosa transformação de dívida externa contratual, referente a contratos celebrados em Nova York na década de 80 pelo Banco Central, que assumiu o papel de devedor, junto a bancos privados internacionais, de dívidas contraídas

pelo setor público e privado em anos anteriores. Recaíram fortes suspeitas de prescrição sobre essa dívida, ou seja, seria uma dívida morta. Apesar disso, tal valor, que correspondia a mais de 90% de toda a dívida externa brasileira na época, foi transformada em novos títulos da dívida externa brasileira. Essa transformação se deu em Luxemburgo, paraíso fiscal, sem transparência alguma, e os títulos eram considerados papéis podres, evidentemente, pois eram resultantes da transformação de dívida prescrita. Por isso, esses títulos não poderiam ser negociados em nenhuma bolsa de valores do planeta.

Quadro XXXVI – Títulos públicos federais

Fim de período	Responsabilidade										Total	Novo	% do PIB
	Tesouro Nacional		Bancos		Bancos								
	Títulos emitidos	Carteira de Bancos	LTN	LFT	NTN	Dívida securit.	CFT/CTN	TDA	BTN	Total	NBSCE	MSCF	NBSCA
2015 Jan	3.204.022	1.006.054	616.444	433.732	1.009.354	6.944	18.638	2.835	0	2.137.948	-	2.137.948	37,9
Feb	3.208.151	1.004.797	656.252	456.202	1.074.285	6.904	16.605	2.807	0	2.213.355	-	2.213.355	38,7
Mar	3.441.396	1.124.909	726.854	457.289	1.105.876	6.872	16.815	2.778	0	2.316.487	-	2.316.487	40,3
Abr	3.451.710	1.117.814	678.712	462.865	1.145.606	6.838	17.025	2.730	0	2.333.796	-	2.333.796	40,4
Mai	3.456.060	1.112.021	731.811	469.026	1.118.736	6.850	16.946	2.720	0	2.372.048	-	2.372.048	41,0
Jun	3.588.820	1.122.611	773.981	511.178	1.150.142	6.775	17.054	2.683	0	2.445.419	-	2.445.419	42,4
Jul	3.588.722	1.111.487	762.064	528.022	1.156.751	6.747	16.989	2.674	0	2.475.235	-	2.475.235	42,5
Ago	3.691.913	1.139.645	798.201	562.424	1.162.978	6.717	19.019	2.629	0	2.551.968	-	2.551.968	43,7
Set	3.802.663	1.213.927	811.229	576.117	1.172.570	6.688	19.209	2.612	0	2.588.736	-	2.588.736	44,2
Out	3.712.379	1.208.329	893.387	590.364	1.188.389	6.142	20.171	2.587	0	2.504.049	-	2.504.049	42,9
Nov	3.754.401	1.219.142	734.481	603.869	1.205.415	6.868	20.055	2.570	0	2.575.259	-	2.575.259	43,6
Dez	3.938.881	1.286.516	764.479	628.102	1.229.620	7.803	19.711	2.472	0	2.650.180	-	2.650.180	44,7

E o volume de investimentos em 2015 ficou restrito a apenas R\$ 9,6 bilhões. Portanto, todo esse crescimento da dívida se deu para alimentar os mencionados mecanismos que retroalimentam a geração de dívida e transferem grandes volumes de recursos públicos para o setor financeiro privado. Esses dados comprovam o funcionamento do que chamamos de Sistema da Dívida.

RA – No caso do Brasil, quem são os detentores desses títulos das dívidas – interna e externa?

MLF - Os bancos privados internacionais sempre foram os principais “credores” dos contratos de dívida externa e, depois da transformação em dívida interna, tanto os bancos privados internacionais e nacionais têm sido os maiores detentores dos títulos da dívida interna brasileira, porém, não se sabe exatamente quais são, pois a informação sobre os detentores dos títulos da dívida brasileira (tanto interna como externa) é absurdamente considerada informação “sigilosa” no Brasil.

RA – A luz da Auditoria Cidadã da Dívida, como analisa a política econômica dos governos Collor, FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro? No tocante ao governo Lula, foi passado pra população que essa dívida...fora paga, que não se deve mais nada ao FMI. Lhe pergunto: isso procede ou foi uma jogada de marketing, considerando que todos os governos citados confirmavam a existência dessa dívida, portanto, teria que ser paga, argumentando a necessidade de se fazer cortes, e as prioridades como saúdes, educação..., que o diga a EC 95, pra não voltar a inflação e a crise não se alastrar. Estes argumentos dessa gente (“sen-sí-vel”) se sustentam? MLF

RA – Neste caso, o que as autoridades brasileiras fizeram?

MLF - Aceitaram tais títulos como “moeda” na compra de empresas privatizadas por FHC e também trocaram parte desses títulos por dívida interna, que estava começando a crescer na época, e pagava juros exorbitantes, com a desculpa de “controlar a inflação”. A explosão da dívida interna se deu a partir do Plano Real e, nos últimos anos, o seu crescimento se acelerou, principalmente devido às elevadíssimas taxas de juros e outros mecanismos – swaps cambiais, operações compromissadas, contabilização de juros como se fosse amortização, entre outros – que geram centenas de bilhões de reais de “dívida pública”, sem contrapartida alguma!

Em 2015, por exemplo, quando a “crise” estava sendo aprofundada pela política monetária do Banco Central, o estoque de títulos da dívida interna aumentou R\$ 732 bilhões, saltando de R\$3,204 trilhões para R\$3,937 trilhões, em apenas 11 meses de 2015 (31/01 a 31/12/2015), como pode ser conferido na primeira coluna do quadro reproduzido a seguir.

A Emenda Constitucional 95/2016 (conhecida como PEC do Teto) absurdamente estabeleceu teto baixado para todos os investimentos sociais e gastos de manutenção do Estado por 20 anos, deixando livres, sem controle ou limite algum os gastos financeiros com a dívida pública e com novas estatais que estão sendo criadas para operar o esquema financeiro fraudulento da chamada “Securitização de Créditos Públicos”. Essa EC 95 não tem nada a ver com controle inflacionário. A inflação no Brasil é provocada pelo aumento dos preços administrados (combustível, energia elétrica, telefonia, tarifas diversas) e preço de alimentos (devido a erros de política agrícola e erro de considerar tais preços nos índices de inflação geral). O objetivo dessa medida é drenar recursos para os gastos financeiros e impedir que sejam utilizados para investimentos sociais e obras de interesse da população que paga a conta. Adicionalmente, ao contrário de debelar a “crise”, essa EC 95 aprofunda a crise fabricada pela política monetária do Banco Central, pois agrava ainda mais o cenário de escassez.

Quanto à falácia de “fim da dívida” em 2005, é preciso esclarecer que o governo Lula pagou, antecipadamente, a parcela de US\$ 15,5 bilhões da dívida externa com o FMI. Esse fato foi amplamente divulgado como sendo o fim do problema da dívida. Porém, a dívida com o FMI representava uma ínfima parcela da dívida brasileira, e foi quitada às custas de emissão de títulos da dívida interna, a juros muito mais altos (19%) que os cobrados pelo FMI (4%). E o mais grave é que não ficamos livres da interferência e domínio do FMI nos assuntos internos do país. O FMI era apenas um dos credores da dívida externa brasileira e, como disse anteriormente, os bancos privados nacionais e

internacionais sempre foram os principais credores. Nesse privilégio até hoje nenhum governante tocou.

RA - De acordo com sua reflexão, o Brasil tem essa dívida? Se sim, qual o tamanho dela hoje?

DIVIDÔMETRO

QUANTO PAGAMOS (JUROS E AMORTIZAÇÕES) - DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

EM 2017
R\$ 986.110.833.381,00 = 2,7 BI / DIA
 986 BILHÕES, 110 MILHÕES, 833 MIL REAIS

EM 2018 - ATÉ 31/12
R\$ 1.065.725.301.673 = 2,9 BI / DIA
 1 TRILHÃO, 65 BILHÕES, 725 MILHÕES, 301 MIL REAIS

QUANTO "DEVEMOS"

DÍVIDA INTERNA FEDERAL - DEZ/2018
R\$ 5.523.121.023.828,08
 5 TRILHÕES, 523 BILHÕES, 121 MILHÕES, 23 MIL REAIS

DÍVIDA EXTERNA TOTAL - DEZ/2018
US\$ 556.326.219.643,40
 556 BILHÕES, 326 MILHÕES, 219 MIL DÓLARES

www.auditoriacidada.org.br

RA - Nos últimos anos a Auditoria Cidadã passou a denunciar a existência de um novo mecanismo que “gera” dívida pública, por meio do PLP 459/2017 que trata da chamada “Securitização de Créditos Públicos. O que é isso?

MLF - O PLP 459/17 (que possuía o número PLS 204/16, no Senado), visa “legalizar” o esquema financeiro que tem recebido o nome de “Securitização de Créditos Públicos” e já está funcionando em diversos estados e municípios de maneira totalmente ilegal. Essa chamada securitização de créditos está sendo apresentada por meio de uma propaganda completamente mentirosa. Estão dizendo que tal projeto de lei será importante para acelerar a arrecadação daqueles créditos de difícil arrecadação, da chamada Dívida Ativa, que são valores que não foram pagos no prazo administrativo. Todo ente federado tem uma dívida ativa enorme, em grande parte constituída por créditos de empresas que já quebraram há muito tempo, de pessoas que já morreram ou desapareceram e não terão condições de honrar porque não têm herdeiros, não deixaram bens, etc. Essa parte pode não entrar nesse esquema. É como se você tivesse uma montanha de uma coisa podre na sua casa, que tem dificuldade até de jogar no lixo, e alguém ainda pagaria por isso. Então é uma propaganda irresistível, porém, tem que ser idiota para acreditar nisso. Mas querem que todo mundo acredite que isso seria uma coisa boa, mas é uma tremenda mentira.

RA – O que comprovou a investigação feita pela ACD no caso de Belo Horizonte? MLF

MLF - Fizemos uma investigação completa desse mecanismo no caso de Belo Horizonte, porque houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal. Em BH Já foi criada uma empresa estatal para operar esse esquema, que é a PBH Ativos S/A. Tivemos acesso aos contratos e aos documentos contábeis. E o que provamos? Esse é um mecanismo de desvio de recursos já arrecadados. Não é negociação daqueles créditos de difícil arrecadação. Esses créditos, como qualquer outro de origem tributária, vão continuar a cargo dos órgãos públicos, que continuarão cobrando, fiscalizando e arrecadando. Então, o que está sendo transferido? O produto da arrecadação de um pacote de créditos líquidos e certos selecionados. Os contribuintes vão continuar pagando esses créditos na rede arrecadadora. Se não existisse esse esquema, quando a arrecadação entrasse na rede bancária, ela teria que ser transferida no dia seguinte

MLF – Em termos federais, essa chamada dívida pública gerada pelos mecanismos espúrios que comentei anteriormente, alcança elevadíssimos patamares, conforme “Dividômetro” publicado pela Auditoria Cidadã da Dívida:

para a conta do ente federado - União, Estados e Municípios. O que esse esquema faz? O contribuinte vai continuar pagando, mas, quando o recurso chega na rede arrecadadora, em vez de ir para o cofre público, vai para uma conta vinculada à empresa estatal criada especialmente para operar o esquema. Só que essa empresa estatal não manda nessa conta. Essa conta é da rede bancária, com todo sigilo. E dessa conta somente uma parte do recurso arrecadado é transferido para o cofre público; a outra parte é desviada para investidores privilegiados. No caso de Belo Horizonte, os recursos foram desviados para o Banco BTG Pactual S/A, que é um dos bancos mais denunciados no Brasil.

RA – Resumo da ópera?

MLF - Esse esquema desvia arrecadação tributária, ou seja, os investidores irão se apoderar diretamente dos impostos que pagamos e que não alcançarão os cofres públicos. Ainda na rede arrecadadora o tributo é desviado. Esse esquema envolve um outro fluxo criminoso, que é a geração da dívida pública disfarçada. Existe uma isca para implantar esse esquema, que é o que está levando governadores e prefeitos ao Congresso Nacional pedindo a aprovação do projeto.

RA – Pode explicar como isso funciona?

MLF - É criada essa empresa estatal de fachada. Essa empresa vai ao mercado captar recursos por meio da venda de papéis, as chamadas debêntures, que têm um prazo e pagam juros elevadíssimos. No caso de Belo Horizonte, em 2014 foram feitos os lançamentos das debêntures prometendo pagar juros equivalentes ao IPCA mais 11%. E o IPCA em 2014 passou de 11%. Então, multiplicando um pelo outro dá quase 23% de rendimento anual. Totalmente insustentável. A empresa captou recursos a alto custo no mercado, no caso de BH foram R\$ 230 milhões, ela recebeu esses R\$ 230 milhões, ficou com R\$ 30 milhões para pagar seus administradores e passou R\$ 200 milhões para o município. O município recebeu, mas não contabilizou esses R\$ 200 milhões como dívida. Contabilizou como venda de ativo. E que ativo o município vendeu? Aquele fluxo da arrecadação! Vendeu o dinheiro já arrecadado, por meio de um contrato de alienação fiduciária. O que é alienação fiduciária? Transferência de propriedade!

RA – Um esquema altamente sofisticado, não?

MFL – Sim, altamente. Ele gera uma dívida pública disfarçada, utilizando essa empresa estatal como fachada

para obter recursos no mercado, porque ao final das contas esse recurso obtido chegou em grande parte aos cofres públicos, só que o que chegou foram R\$ 200 milhões e qual é a obrigação de transferência de fluxo de arrecadação que o município assumiu? R\$ 880 milhões, mais IPCA, mais juros. Quem de nós faria isso? O que você acha de pegar 200 emprestado e ficar devendo 880? É insano. E tudo isso está mascarado nesse projeto, pois ao ter o seu texto, não dá para entender isso. Está tudo cifrado. Por isso que um dos folhetos que a Auditoria Cidadã produziu chama-se "Projetos Cifrados", porque quem lê esses projetos não entende o que está por trás desse projeto (Ver <https://www.auditoriacidadada.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Folheto-PLP-459-2017.pdf>).

Nós fizemos alguns diagramas que mostram o desvio de recursos arrecadados, que são

desviados para uma conta vinculada de empresa estatal criada para operar esse esquema. Dessa conta vinculada, parte vai para investidores privilegiados e somente parte chega aos cofres públicos. Essa parte desviada para investidores privilegiados nem irá compor o orçamento público. Com isso, estão rasgando toda a legislação de finanças do país, que é estruturada no princípio do orçamento único. Tudo que o Estado arrecada, seja de tributos, de venda de patrimônio por meio das privatizações, de receitas financeiras e prestação de serviços, tem que chegar ao orçamento único. E, do orçamento, lei orçamentária, seja federal, estadual ou municipal, vai dizer como os recursos serão distribuídos. Com essa "garfada" ainda na rede bancária, esse recurso não chega ao orçamento. Isso burla toda a legislação de finanças do país. A aprovação desse projeto vai ser um escândalo.

RA – E sobre a contração disfarçada de dívida pública, o que a senhora pode dizer?

MLF – Neste caso, a empresa estatal criada para operar esse esquema, que é uma pessoa jurídica de direito privado, no caso de BH, a PBH Ativos S/A, no caso de São Paulo, CPSEC S/A, emite papéis financeiros, as debêntures, que investidores privilegiados compram, porque é uma venda com "esforços restritos". Não tem propaganda. Ninguém fica sabendo, somente privilegiados do mercado fi-

nanceiro. Um banco compra, paga à empresa criada para operar o esquema, ela fica com uma parte, no caso de BH o BTG comprou por R\$ 230 milhões, a empresa PBH Ativos S/A ficou com R\$ 30 milhões e passou R\$ 200 milhões para o município. O mecanismo foi uma mera fachada para o município obter esses R\$ 200 milhões no mercado. Ele não contabiliza como dívida. Então, como ele vai pagar? Vai pagar por fora, com aqueles recursos desviados ainda na rede bancária, como mostra o gráfico abaixo.



É muito importante divulgar esses fluxos porque facilita o entendimento desse sistema aparentemente complicado. É só aparente. É só para dificultar a percepção da fraude, mas já conseguimos identificar e comprovar. Em Belo Horizonte, se não tivesse sido implementado esse esquema, o município teria R\$ 70 milhões a mais em caixa. Então, numa operação de R\$ 200 milhões, em apenas 3 anos, o municí-

pio já teve perda comprovada de R\$ 70 milhões. Imagina o impacto disso em todo o Brasil, ao longo de um período de tempo maior? É um esquema que aniquila a economia do país, as finanças de todos os entes federados e mais, por meio de um esquema fraudulento, porque contratar dívida dessa forma, disfarçada, é crime segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

RA – Sabemos que vários

governadores, inclusive o do Piauí, têm ido ao Congresso Nacional pedir a aprovação do PLP 459/2017, neste caso, que recado a senhora pode deixar pra ... sobre ...?

MLF – Que a sociedade local se mobilize e explique a ele que vocês não querem esse esquema atuando no Estado. Ademais, a pressão social tem que aumentar - e muito! O governo federal está jogando pesado para agradar o mercado e aprovar a PEC 6/2019, usando propagandas alarmistas, que dizem que se não fizer a reforma o Brasil entra em colapso; divulgou que liberará milhões de reais para deputados, tanto em liberação de emendas como "bônus" (!); anunciou oferecimento de cargos, e agora está dificultando o trabalho dos sindicatos com a proibição de desconto da contribuição sindical em folha (MP 873/2019)... Então se cada um, cada uma, seja trabalhador (a) do setor público ou privado, urbanos ou rurais, ativos ou aposentados, empregados ou não, enfim, se todos nós não nos envolvermos... irão destruir a Previdência e entregá-la ao mercado de risco... Mas se nos unirmos temos mais poder e força do que podemos imaginar. É preciso difundir que essa "crise" foi

criada pela política monetária do Banco Central a serviço dos bancos, e que as medidas que estão sendo aprovadas para "contornar" a crise irão na verdade aprofundá-la para nós, mas não para os bancos, que têm sido os maiores beneficiários dos mecanismos que geram dívida; do congelamento da EC 95; serão os grandes ganhadores caso a PEC 6/2019 seja aprovada (pois no regime de capitalização que está incluído nessa PEC, arrecadarão as contribuições previdenciárias durante décadas e não terão obrigação alguma de pagar benefícios à população), e se apoderarão diretamente dos tributos que pagamos se o PLP 459/2017 for aprovado.

RA – Ou seja, tudo para os bancos...

MLF – Tudo para os bancos, que já lucram no Brasil o que não conseguem lucrar em nenhum outro lugar do planeta! É por tudo isso que o Brasil, um dos países mais ricos do mundo, tem a maior parte de sua população vivendo em estado de pobreza e até miséria. Basta! Esse modelo tem que ser revisto urgentemente, e vai depender de cada um, de cada uma de nós! Muito grata e até breve.



Acolhendo o diferente!

Rita de Cassia Furtado Lisboa
Psicóloga, presidente da Associação Fraternidade

No processo da vida há uma infinidade de possibilidades fisiológicas e contextuais. Não se poderia estabelecer um padrão de saúde como ideal, pois nunca será alcançado. O diferente sempre incomodou, talvez porque ele diga algo de nós, de nossos segredos, de nosso inconsciente, de nossas resistências... ou até de nossos desejos. Mais fácil é repulsar o diferente! Entrar em seu mundo, em seu "delírio" que seja, exige saída de si, deslocamento, exige escuta do outro e de nós mesmos. Exige escuta de todo um processo histórico, social, político e religioso, construído ao longo desta hipócrita sociedade na qual vivemos e nos transformamos e resistimos quando é possível ou até quando seja possível, já que resistir também "cansa"! Como é difícil deslocar-se numa atitude empática de escuta do OUTRO, escuta atenta, escuta ética, escuta respeitosa... porque às vezes a escuta é só espera pela oportunidade de nova-

mente discursar conselhos e orientações moralistas e higienistas sobre condutas e comportamentos supostamente adequados. Somos o que somos em tal contexto, nesta data, neste local, ao lado destas pessoas... e tudo isso precisa ser considerado, escutado... e não tanto julgado.

O diferente que foge do padrão de "normalidade" muitas vezes são os que tem coragem de RESISTIR, dizendo com seus "comportamentos anormais" (diferentes) "Não aceito!", "Não dá pra mim", "Não quero isso". Mas é mais fácil responsabilizar o DIFERENTE, patologizar o que sai dos padrões do que envolver questões relacionadas aos Espaços, às Estratégias, às Metodologias, aos Valores, à Visão... com direito a revisões e até mudanças. Na maioria dos casos far-se-ia necessário mudança em bases paradigmáticas por exemplo: Passar de uma visão da pessoa como doente, paciente, beneficiário ou usuário para

uma visão da pessoa como PARCEIRO que tem algo para trocar; de uma visão que foca no problema, na vulnerabilidade, no que falta para uma visão dos recursos, das potencialidades, do que tem; de passar de uma visão de oferecer serviços e atividades para oferecer estabelecimento ou fortificação de Relação entre Pessoas, de vínculo; de passar de uma visão de supervalorização do saber médico, da atuação clínica para uma visão que valorize o ENCONTRO, o PRAZER, o saber do Parceiro, da pessoa, de suas experiências, pois o ponto de vista da pessoa em sofrimento é que é o verdadeiro. O saber médico não pode estar dissociado da realidade que o indivíduo trás.

Em linhas gerais fazemos todos parte deste discurso hegemônico de que há o certo e o errado, o normal e o anormal, com o intuito de controlar e adestrar comportamentos aceitáveis com a finalidade de produzir sujeitos produtivos, "de sucesso"... que sucesso?!... que ganhem dinheiro e que não incomodem ninguém. Como uma Fábrica de Robôs nossa sociedade, Nós, excluímos os diferentes, taxando-os de anormais. E isso acontece no cotidiano mais simples, quando se desiste de um adolescente expulsando-o da Escola por faltas ou um suposto mal comportamento; ou quando se desiste de alguém que consome drogas dizendo que não aderiu ou que não quer nada com a vida.

Em nosso Centro de Escuta não impedimos a presença de um adolescente quando ele tem dificuldades de inserir-se em alguma atividade... conversamos, escutamos, convidamos a fazer outra

coisa naquele momento... é trabalhoso, mas é terapêutico, é bom demais, mas as críticas chovem... e a gente vai resistindo. Em geral, vamos internalizando padrões de normalidade de tal forma que vamos selecionando e segregando, contribuindo com a reprodução de representações sociais negativas e que adoecem, maltratam, fazem sofrer. Quem está doente e quem está saudável? Quem tem que responder a esta questão é o indivíduo, é ele que sabe o que lhe causa perturbação, incômodo e sofrimento. Nem tudo o que sai dos padrões é doença ou faz sofrer... o problema é que incomoda e aí precisamos questionar modos de estar, de aceitar, de acolher o outro como ele é... andando pra lá e pra cá, se mexendo na cadeira, balançando as pernas, colocando roupas extravagantes, com tics nervosos, com trejeitos e etc... As normas são construídas pelo meio. As pessoas que se desviam, se reinventam com criatividade ou necessidade de resistência por mais diferentes e estranhas, estão SADIAS, não estão doentes, não são anormais.

Facilito juntamente com um grupo de pessoas um Dispositivo de Cuidado para pessoas em situação de consumo abusivo de drogas ou de rua: Acolhemos, escutamos, escutamos e de novo escutamos, nos vinculamos, lhes damos espaço pra serem quem são, e vamos acompanhando processos naturais de melhoramento de vida a partir de cada um. Entendemos que eles é que sabem o que é melhor pra eles, o que precisam, o que querem. Precisamos trabalhar mais com o DESEJO de NOSSOS PARCEIROS!



Evaldo Bispo, sociólogo

Um imprestável ... chamado Moro



Esse imprestável indivíduo lesa-pátria, chamado moro, esteve por trás da prisão desnecessária (dispensável por lei) e, em formato de espetáculo midiático, do ex-ministro Moreira Franco (que é sogro do Maia) e, ao usar o marionete bretas lá do Rio de Janeiro, tentou retaliar o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia; esteve por trás do vazamento da "informação sigilosa" (e que já havia sido retirada do processo na lavajato de Curitiba) sobre o Presidente do STF, Ministro Dias Toffoli; e, recentemente, esteve por trás e, disfarçadamente, pela frente da autorização do uso da Força Nacional de Segurança Pública por 33 dias na Esplanada dos Ministérios.

No caso do atrito com Rodrigo Maia é porque o "lixo de Curitiba" precisa de visibilidade (com seu pacote pró-milícias) para viabilizar seu projeto politiquero de ser o próximo Presidente do Brasil, que, deliberadamente, "NÃO PASSARÁ";

No caso de Toffoli é para desmoralizá-lo e mantê-lo refém para não pautar a prisão em segunda instância e não soltar, diretamente e exclusivamente, Lula;

No caso recente do uso da Força Nacional na Esplanada dos Ministérios, evidencia-se dois antidemocráticos motivos: a) é uma retaliação à investigação do STF contra militares de pijama e outros transgressores (lavajateiros/antagonistas, etc.) da Constituição e das Leis, que vivem tramando e pretendendo tutelar as instituições brasileiras; b) é para intimidar e reprimir os Movimentos Sociais, principalmente, do Campo e Indígena. Nota-se, contudo, que essa atitude, além de inoportuna e incoerente, é declaradamente anticivilizatória, pois ao invés do "necessário diálogo", expõe ameaça àqueles que são os verdadeiros herdeiros do território brasileiro. No entanto, os Movimentos Sociais não se curvarão diante desses indivíduos ilegítimos, fraudulentos e entreguistas do nosso Brasil, e marcharão firme, forte e determinados pela Esplanada dos Ministérios em Brasília, em jornada de luta, exigindo, dentre outras coisas, a soltura de Luís Inácio Lula da Silva, o maior Estadista da América Latina e um dos cinco maiores do Mundo em todos os tempos.

Essas são, apenas, rápidas considerações sobre um indivíduo imprestável chamado moro, que atua no Brasil como agente da CIA...

Governo ilegítimo e a deseducação

Esse "governo ilegítimo", que é resultado de instrumentalização (de parte do "sistema de justiça federal" para fins políticos; que participou, abertamente, do golpe de estado que quebrou a legitimidade institucional reinante no país; que condenou, prendeu e amordaçou um ex-presidente "sem nenhuma prova"; que usou recursos de caixa 2 para reproduzir, através de robôs, milhões de "fake news", não tem, certamente, nenhuma dignidade, nenhuma decência, nenhum referencial ético para trilhar por uma política educacional pautada nos ditames da Constituição (Cidadã) Federal de 05 de outubro de 1988 e da Lei nº 9.394/1996 (LDB).



► Reportagem

Greve Geral - 14 de junho

Lideranças explicam porque são contra a Reforma da Previdência de Bolsonaro...

Por Carlos Mascarenhas

AGREVE GERAL CONVOCADA pelas centrais sindicais para 14 de junho, contra a Reforma da Previdência de Bolsonaro e seu bando, foi anunciada com firmeza e alegria na manhã de quarta-feira, em frente à Praça de Integração, CSU do Parque Piauí, onde o Primeiro de Maio, Dia do Trabalhador, foi lembrado, não com entrega de brindes de carros do ano..., mas com discursos elevados. “Lula Livre” e “Fora Bolsonaro” fizeram parte da pauta na voz da militante do PCO, Lourdes Melo. Os participantes, mesmo sob o calor do dia, declararam enfrentar de cabeça erguida a papagaíca do “idiota” que quer acabar com a nossa aposentadoria. Entre uma e fala e outra,

Gomes Brasil e outros artistas da terra, de cima de um caminhão animavam o ambiente com músicas em ritmo de protesto.

Nossa reportagem conversou com algumas lideranças e quis saber o que pensam sobre o assunto. A primeira a falar conosco foi a professora da UESPI, Lucineide Barros, que disse nesse momento se viver uma situação de agressão, ataque aos direitos, “especialmente dos menos favorecidos”. Para a professora, uma das questões que ocupa a centralidade, esse ano, “é a luta contra a Reforma da Previdência”, acrescentando ser contra também o modo de governabilidade instalado no Brasil, em que o governo se mostra não apenas de direita, mas autoritário e por conta dessa postura pratica uma série de agressões



a direitos conquistados, em especial à educação..., superior anunciando corte de 30% do orçamento das universidades federais, o que não é novidade, pois em audiência com o reitor da UFPI, segundo Lucineide, este informara que nos últimos anos já houve cortes na ordem de 30%, e agora mais 30%, lem-

bra da sua queixa “não sei como ficará o custeio da universidade, sem novos investimentos”.

Nas universidades estaduais a situação é idêntica. Os governos estaduais com discursos de que a educação superior tem que ser responsabilidade do governo federal, abrem mão da responsabilidade de manutenção das universidades, e “é por isso, explica a professora, que as universidades estaduais, como a da Bahia, estão em greve”. Lembra que recentemente a UESPI saiu de uma greve onde se mostrou a situação “degradante, as várias dependências da universidade sem condições de uso, banheiros sujos, papel higiênico por todo lado, vasos sanitários sujos, as salas de aulas sujas, mobiliário estragado e sem condição de reposição...”, levando-a questionar

por que isso aconteceu? “Porque os valores orçamentários de custeio da Uespi não estão sendo repassados”.

À época da greve, uma faixa com todas as letras anunciava “A UESPI SE NEGA A MORRER”, amplia o descaso a que está submetida. Mas pelo visto não tocou WD, tanto que fez ouvido de mercador. Talvez porque considere a Universidade um grande defunto que não merece as honrarias de seu governo, para um bom entendedor, os cozeiros que se virem com as cordas para seu enterro. E assim vai atravessando seu deserto sem ser incomodado, alimentando suas vacas insaciáveis no troca-troca do jogo do poder. Mas voltemos para análise da professora.

Segundo esta, “a política progressiva de renúncia de receita através e incentivos fiscais, sem que haja controle

social, quem está sendo favorecido com a renúncia?, com as isenções?, o governo alega que isso é uma política pra favorecer o emprego”, o que a leva a questionar: “Mas como é que pode, se estamos vendo os índices de desemprego crescerem? Não é uma justificativa aceitável e não há transparência das contas públicas dos dados governamentais, para que se entenda de fato qual é o tipo de governabilidade que está acontecendo”. Informa que apesar de terem suspenso a greve, continuam na luta. “Aproveito este espaço para convidar todos (as) para participarem da Greve Geral dos dias 30/5 e 14 de junho, e derrotarmos essa proposta de reforma do governo Bolsonaro que quer acabar nossa aposentadoria, inviabilizar as universidades”, disse Lucineide Barros.



“A Previdência Social é a maior conquista social dos trabalhadores...”

exploração do trabalho infantil, as estruturas de proteção e de combate ao trabalho escravo, de proteção e defesa das mulheres, de políticas públicas para as mulheres, a gente observa esse desmonte da estrutura de proteção por parte desse governo”.

Segundo Zelma, ao lado disso, essa proposta que o governo chama de reforma, “na verdade é a destruição da Previdência Social, a maior conquista social dos trabalhadores brasileiros até hoje alcançada, quer dizer, nós trabalhadores lutamos muito para conseguir ter essa estrutura de proteção contra a velhice, de amparo em caso de morte do trabalhador para que sua família não ficasse desprotegida, está sendo destruída. E destruída com uma velocidade absurda”.

Sobre a condenação do presidente Lula, disse não ter dúvidas de que se trata de uma “perseguição política, pois não houve efetivamente a constru-

ção de provas, o judiciário e o ministério público não conseguiram comprovar o elo de ligação entre a atuação do presidente Lula e o famoso triplex do Guarujá, bem como essa outra condenação, pelo Sítio de Atibaia, está comprovado que Lula não era proprietário, ou seja, todo o processo jurídico está eivado de falhas processuais, de falhas jurídicas”. Para a advogada, na verdade se tratou de excluir do processo político uma liderança de esquerda que teria condições de reverter o desenvolvimento do país e impedir as reformas que o golpista Temer já tinha iniciado logo no processo do golpe. “O que a Associação de Juristas Brasileiros pela Democracia defende, é que nós brasileiros devemos lutar em defesa da Constituição e da estrutura do Estado Democrático de Direito, que está em sério risco com esse governo de extrema direita, chamado Bolsonaro”, disse Zelma Cavalcante.



“Ou derrotamos Bolsonaro ou ele massacra a gente...”

Para Albetiza Moreira, professora e socióloga, “estamos hoje num momento de ataque geral aos direitos dos trabalhadores. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) está ameaçado inclusive de vida, porque com a lei que garante a ilicitude para os proprietários dos latifúndios, defendida por Bolsonaro, significa autorização para matar”. Acrescenta que o governo esmaga os sindicatos através da MP 853 retirando a contribuição; a UNE (União Nacional dos Estudantes), através das organizações secundaristas, ataca o direito à sua carteirinha, um financiamento que sustenta o movimento. “O governo ataca em todas as frentes os trabalhadores, mas para nos derrotar ele precisa esmagar os coletivos, a UNE, os sindicatos, então é preciso defender duas coisas: as

organizações operárias, as organizações estudantis, e é preciso que as direções dessas organizações entendam que só existe um caminho, que não vai ser os parlamentares lá em Brasília que vão barrar nenhuma reforma, alguns são até incisivos na defesa dos trabalhadores, mas ali não é o território pra se derrotar governo”.

Albetiza diz que só a mobilização na rua, com greve geral pode derrubar Bolsonaro, que é “apenas uma figura de fachada, por trás dele estão os militares, a extrema direita, os golpistas que precisamos derrotar e pautar como ordem do dia, também, a liberdade do Presidente Lula. Aproveitar a baixíssima popularidade desse governo, porque até aqueles que votaram nele, hoje, estão descrentes. Entendo ser muito cedo pra um governo está com uma descrença tão grande, então o momento é de luta, de enfrentamento. E não adianta tentar fazer só a atuação parlamentar ou esperar a próxima eleição, porque se a gente não derrotar Bolsonaro agora, ele vai esmagar com a gente”, sentenciou Albetiza Moreira.



“Ninguém diz que o rombo da Previdência de R\$ 936 bi é por conta de isenções fiscais...”

Paulo Bezerra, presidente da CUT-PI disse que estamos vivenciando um processo muito mais agressivo, porque segundo explica, “a Reforma Trabalhista que é o projeto da Reforma da Previdência traduzido na

PEC-6, traz no seu conjunto situações graves para a classe trabalhadora ao atacar seu direito a aposentadoria, enormes prejuízos pra a economia dos municípios brasileiros, porque a receita que entra nos

municípios vêm das aposentadorias, pensões e benefícios”. Segundo Paulo, outro ponto importante é o déficit da Previdência que alcança a cifra de 936 bilhões, “mas ninguém diz que esse rombo é devido as isenções fiscais, desfalques, sonegações e por aí vai. A CUT tem consciência do seu papel na sociedade, e por isso não mede esforços para levar informações com base em estudos técnicos, para a população, explicando o que significa essa reforma do governo, os prejuízos que ela trará caso seja aprovada. Então aproveito este espaço para reafirmar que só a luta, de forma organizada pode derrotar essa Reforma da Previdência de Bolsonaro, e neste sentido convido todos (as), estudantes..., para a Greve Geral dos dias 30/5 e 14 de junho, em defesa de uma Previdência Pública, educação..., mais emprego..., pois até agora o que se viu foi o desemprego crescer, a informalidade também, então por tudo isso e muito mais vamos dizer quem é “idiota útil pra esse governo”.

Paralisação da Educação em Teresina, dia 15/5

Na manhã de quarta-feira 15, 5 mil manifestantes na avaliação dos coordenadores, percorreram as principais ruas do centro de Teresina protestando contra os cortes orçamentários na educação e reafirmando a GREVE GERAL para 30/5 e 14 de junho, convocado pelas centrais sindicais e movimento estudantil. Os discursos anunciavam repúdio à política nefasta dos governos Bolsonaro e WD, que em termos de ataque aos direitos da classe trabalhadora se revelam farinhas do mesmo saco. Em alto e bom som, a líder sindical Aline, do Sindfipi, disse que a luta de classes se faz pontente, ao afirmar que não se aceita essa Reforma da Previdência



Aline do Sindfip...

e nem o corte das verbas que inviabilizam as universidades e os institutos federais, apesar de já funcionarem precariamente. O corte fora anunciado pelo ministro da educação, puxa-saco do presidente robô. Quanto ao segundo, a presidente do SINTE, Paulina Almeida, disse que a manifestação com parada em frente ao Karnak, foi para lembrar o governador de que os profissionais da educação estão atentos e não aceitam sua reforma da previdência, diga-se: já aprovada, além de outros direitos, benefícios que ele quer retirar da categoria.

SINAIT explica em documento os impactos da PEC-6 nas Relações de Trabalho

Por Carlos Mascarenhas

A Reforma Trabalhista, promovida pelas leis 13.467 e 13.429, ambas de 2017, foi aprovada sem debate na sociedade, claro, com o apoio da grande mídia, cúmplice da ampliação das formas atípicas de trabalho, hoje existentes no Brasil. Seus defensores argumentavam que o objetivo da tal RT era fomentar o emprego, combater a insegurança jurídica e assegurar maior competitividade aos negócios no Brasil, mas isso não aconteceu. Passados mais de 15 meses em vigor, não apresentou os resultados alardeados. O que se viu foi a taxa de desemprego subir para 12,7% no trimestre encerrado em março/2019, atingindo 13,4 milhões de brasileiros, segundo dados apurados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O que a PEC 6 diz em relação a Privatização da Previdência Social Pública?

Sinaït - Na prática a PEC-6 acaba com o atual sistema solidário de repartição da Previdência Social e institui um sistema de capitalização individual. No sistema de repartição, cada um contribui com sua parte: trabalhador, empregador e governo. O trabalhador da iniciativa privada tem sua contribuição previdenciária descontada em percentual que varia de 8 a 11% de seu salário. O empregador também contribui, assim como o governo - em relação aos servidores públicos. Mas na capitalização, o trabalhador faria uma poupança pessoal e se relacionaria diretamente com o mercado financeiro, por meio de instituições destinadas a gerir esse recurso - sejam bancos, fundos específicos sob a lógica mercantilista - com o objetivo de, no futuro, receber sua aposentadoria.

Mas como o governo pretende privatizar a Previdência?

Sinaït - Via desconstitucionalização do tema e redução do custo do trabalho para os empregadores, é simples. É a continuidade do aprofundamento da reforma trabalhista, com a desoneração da folha de pagamento, a precarização e a informalidade, tudo isso embutido numa proposta só.

Mas existe parâmetros legais para isso?

Sinaït - Apesar da falta parâmetros legais no momento, a natureza da previdência capitalizada leva a crer que a contribuição previdenciária do empregador será facultativa ou inexistente. Quer dizer, tendo essa opção, qual empregador vai continuar recolhendo sua contribuição? A PEC meu caro, retira o Estado do papel de fiscalizador. Vai fiscalizar o quê e para quê? A relação de contribuição e captação de recursos ocorrerá exclusivamente entre o trabalhador e o mercado financeiro, então o risco recairá somente sobre o trabalhador e sem lei para proteger o contrato de trabalho, desproteção que já está facilitada pela Lei 13.467/17. Sem Estado para garantir a Seguridade Social, traduzida em aposentadorias, pensões, benefícios e indenizações diversos, como nos casos de acidentes de trabalho, licença maternidade, entre outros. Ou seja, Estado mínimo, ausência do Estado tanto durante a atividade laboral quanto na aposentadoria, ausência de fiscalização.

Nestas condições o trabalhador jamais conseguirá alcançar o necessário para recolhimento para ter uma aposentadoria digna?

Sinaït - Lamentavelmente, nesse contexto os trabalhadores estarão relegados a uma situação de indigência, sem condições de poupar para o futuro, e isso é contraditório porque o tempo de contribuição é uma condição para a aposentadoria. Além disso, tem a indefinição da responsabilidade civil e especialmente trabalhista, em prejuízo do trabalhador, porque sem cobertura do Estado, sem o sistema solidário de Previdência e Seguridade, o que acontecerá por exemplo com o trabalhador que se aci-

dentar? A mulher continuará a ter o direito da licença maternidade na prática? Não. O trabalhador estará sujeito a sua própria sorte e capacidade de poupança em um mercado de trabalho hostil, cada vez mais informalizado e livre das leis trabalhistas, é isso.

No caso do Abono Salarial (PIS/Pasep), como fica?

Sinaït - O Abono Salarial assegura o valor de um salário mínimo anual aos trabalhadores brasileiros que recebem em média até dois salários mínimos de remuneração mensal de empregados que contribuem para o Programa de Integração Social-PIS ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep. Bom, para ter direito, o trabalhador precisa estar cadastrado no PIS-Pasep há pelo menos cinco anos, ter recebido remuneração mensal média de até dois salários mínimos durante o ano-base, ter exercido atividade remunerada durante pelo menos 30 dias no ano-base considerado para apuração, e ter seus dados informados pelo empregador corretamente na Relação Anual de Informações Socias-Rais.

E como fica na proposta da PEC-6?

Sinaït - Alterando-se o artigo 239 da CF, só terão direito ao pagamento do abono aqueles trabalhadores que percebem até um salário mínimo mensal e, ainda assim, de forma proporcional. Ou seja, o abono passará a ser calculado de forma semelhante ao décimo terceiro - 1/12 avos do sm mensal por mês trabalhado no ano-base. Ainda institui dispositivo que veda o pagamento dos rendimentos para os trabalhadores que ingressarem no Programa após sua promulgação. Vale salientar que a redução dessa cobertura se aprofunda diante da realidade fática de que a maioria dos trabalhadores formais auferem algo a mais que o SM vigente, por exemplo, bastaria a prestação e apenas uma hora extraordinária no período de um ano para que o trabalhador deixe de fazer jus ao Abono. E isso é um absurdo!

Isso atingiria em cheio uma grande parcela de trabalhadores?

Sinaït - Sim, com esta mudança, cerca de 23,4 milhões de trabalhadores vão perder o Abono anual, número que corresponde a 91,5% dos trabalhadores que, hoje, podem recebê-lo, considerando que o número de trabalhadores com CTPS assinada vem diminuindo desde 2014, o Abono vem já vem sendo pago a um número cada vez menor de beneficiários. Pra você ter uma ideia, o abono de um SM corresponde a um acréscimo de mais de R\$ 83 mensais (isso em valores atuais) na conta da família do trabalhador. Além disso, aquece a economia, ampliando a capacidade de consumo das famílias".

E sobre o Benefício de Prestação Continuada-BPC?

Sinaït - O BPC da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, no valor de um SM, é destinado a idosos com 65 anos de idade ou mais que não têm direito à Previdência Social e a pessoas com deficiência que não podem trabalhar e levar uma vida in-

A citada lei foi sancionada pelo ex-presidente Michel Temer em 13 de julho de 2017, sem vetos. Passou a valer no país a partir de 11 de novembro do mesmo ano. Após 120 dias da sua publicação no DOU (Diário Oficial da União) fora objeto de diversos questionamentos sobre seus vários dispositivos inconstitucionais no STF (Supremo Tribunal Federal), com as devidas críticas de entidades sindicais, entre elas do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho-SINAIT, que a faz através do documento "Impactos da PEC 6/2019 nas Relações de Trabalho", estudo que comprova o desmonte da Previdência Social Pública, como se vê abaixo no diálogo com o próprio texto, em estilo entrevista, e o Sindicato(SINAIT) autor do texto responderá as perguntas para facilitar o entendimento, explicando os pontos que serão atacados por esta proposta que em resumo quer privatizar a Previdência, entre-



dependente. A renda familiar, nos dois casos, deve ser inferior a 1/4 do salário mínimo. A PEC-6/19, ao alterar o artigo 203 da CF, eleva para 70 anos a idade mínima para que o BPC seja recebido no valor de um SM mensal, nas condições de miserabilidade comprovada. Ademais, com a proposta de desconstitucionalização da previdência insita (incluída) na alteração do art 201-A da CF/88, a PEC determina em seu art 41 que as pessoas idosas a partir dos 60 anos terão o BPC fixado em valor inferior, iniciando com 400 reais, variável e de forma fásica (que ocorre ou se desenvolve por fases).

Quantas pessoas recebem hoje esse BPC?

Sinaït - Cerca de 4,5 milhões de pessoas, ou seja, menos de 2,5% da população recebem o BPC, isso são dados do Anuário da Previdência Social de 2017.

Salário-Família?

Sinaït - Este é um valor pago ao empregado, inclusive o doméstico, e ao trabalhador com um limite máximo de renda estipulado pelo governo. Com a PEC-6/2019, que altera o inciso IV do art 201 da CF/88, este benefício será pago somente para dependentes de trabalhadores que recebam até um SM mensal, deixando descobertos os que recebem cerca de um SM e meio. Atualmente, o trabalhador que recebe até R\$ 907,77 tem direito a uma cota de R\$ 46,54 e ao que possui renda de R\$ 907,77 até R\$ 1.364,43, a cota é de R\$ 32,80 por dependente até 14 anos ou inválido de qualquer idade.

Quer dizer, com as novas regras alguns trabalhadores perderão...?

Sinaït - Sim, os trabalhadores com renda acima de apenas um SM não terão direito a receber o Salário-Família mensalmente. Será retirada parte da renda de muitos trabalhadores assalariados, homens ou mulheres, pois o direito ao S-F é de cada trabalhador - pai ou mãe - com remuneração e dependentes nas condições especificadas na lei. Caso aprovada, a alteração proposta resultará prejuízo em dobro se ambos os pais faziam jus a receber esse benefício.

FGTS?

Sinaït - O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho. No início de cada mês, os empregadores depositam em contas da CEF, em nome dos empregados, o valor correspondente a 8% do salário de cada funcionário. FGTS é constituído pelo total desses depósitos mensais e os valores pertencem aos empregados que, em algumas situações especificadas em lei, podem dispor do total depositado em seus nomes. Bom, dentro da PEC, que inclui o § 4º no art 10 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, o trabalhador que mantiver vínculo empregatício após a aposentadoria voluntária não terá mais direito ao recolhimento mensal do FGTS por parte do empregador e nem à indenização compensatória de 40% prevista na CF, chamada de multa do FGTS.

O sobre os Contratos com jornadas parcial, intermitentes ou variáveis?

Sinaït - Pela proposta contida na PEC, que insere os §§ 14 e 15 no art. 195 da CF/88, os trabalhadores que não alcançarem remuneração que permita a contribuição mínima para a sua categoria, poderão complementar uma contribuição com o que exceder de outra, ou agrupar contribuições menores dentro de condições que ainda serão previstas em lei. Esse dispositivo, nas condições em que vier a ser regulamentado, permitirá que os trabalhadores que não recebem o mínimo mensal exigido para efetuar a contribuição possam completar ou agrupar contribuições. Ressalte-se que, se por um lado essa complementação precisará ser feita pelo próprio empregado, por outro lado, haverá trabalho em meses que não serão computados para o tempo de serviço.

Exemplo?

Sinaït - Se um trabalhador, com um contrato intermitente, receber R\$ 500,00 em um mês e R\$ 498,00 em outro mês, somará as remunerações respectivas e poderá efetuar o recolhimento que equivalerá a um mês de

gar para o sistema financeiro e assim inviabilizar o trabalhador de ter uma vida digna na sua aposentadoria.

O modelo que o governo propõe, segundo o documento "é perverso para com os trabalhadores, ao mesmo tempo que isenta os empregadores de responsabilidades trabalhistas". De acordo com o documento, a Previdência Social, nos moldes atuais, "faz parte de um sistema solidário, no qual colaboram para o financiamento os trabalhadores, os empregadores e o governo, e de repartição simples, em que os que se mantêm em atividade financiam as aposentadorias de quem já deu sua contribuição ao sistema, mas mesmo essa natureza não está respeitada, abrindo-se margem para a migração integral para um sistema de capitalização individualizado que já se mostrou falho em diversos países".

Feito estas considerações, passamos ao diálogo. Confira.

contribuição. Com isso, o trabalhador tentará salvar a suas próprias expensas e risco, uma pequena parte do volumoso trabalho que fará ao longo da vida, incidindo numa flagrante situação de escravidão para purgar uma dívida para com a Previdência, quer dizer, é uma aberração! Além disso, mesmo que o empregado trabalhe todos os meses do ano, poderá não ter esse período computado para fins de aposentadoria ou outros benefícios previdenciários por não conseguir recolher os valores mínimos exigidos pelo Regime Geral de Previdência Social-RGPS.

O que diz a PEC 6/2019 sobre os contratos atípicos de trabalho?

Sinaït - Confirma que a proliferação desses tipos de contratos de trabalho possui efeitos previdenciários negativos, daí a tentativa de minorá-los. Contudo, a opção pela capitalização e individualização dos riscos transfere integralmente para o trabalhador, já em situação precária (por conta dessas modalidades de contratação com menos direitos), com poucos recursos, o ônus financeiro da proteção previdenciária.

Trabalhador Rural?

Sinaït - As regras impingidas na PEC 6/19 em seus artigos 31 e 35, além da alteração do § 8º e a inserção dos §§ 8º-A e 8º-B, todos do artigo 195 da CF/88, trazem a obrigatoriedade de contribuição do trabalhador rural que possuía a contagem de tempo fictícia, caso não alcançasse o valor mínimo de venda da produção em determinados períodos do ano. Para esse trabalhador, agora, será necessária uma contribuição anual obrigatória de pelo menos 600 reais por pelo menos 20 anos. Quer dizer, a alteração da disposição praticamente retira o trabalhador rural do sistema previdenciário.

A Redução da renda de todos os trabalhadores será igual...?

Sinaït - De modo geral sim. As regras propostas contribuem para deteriorar as condições de remuneração tanto dos trabalhadores em atividades como dos aposentados. O acesso à aposentadoria estará dificultado pelas regras e os cálculos para os benefícios da seguinte forma (art. 24, § 2º, da PEC 6/2019): 60% da média dos salários de contribuição, acrescidos de 2 pontos percentuais a cada ano de contribuição que exceder 20 anos. Ex: Uma pessoa que contribua por 30 anos terá um benefício de 90% da média dos salários de contribuição. Isso significa que é necessário completar 40 anos de contribuição para ter direito a 100% do valor. Para os trabalhadores que estão no mercado de trabalho ou para aqueles que vão ingressar nele, haverá dois conjuntos de regras vigentes, pelas quais, na teoria, o trabalhador poderá optar. Na prática, a situação será similar ao que ocorreu quando da implantação do FGTS, na década de 1960. Aderir o sistema de FGTS era opcional, mas, de fato, só conseguia o emprego quem fizesse essa opção.

O que propõe a PEC 6 em relação a mulher trabalha-

dora?

Sinaït - A proposta prevê a elevação desproporcional da idade mínima e do tempo de contribuição para a aposentadoria da mulher, desconsiderando fatores como o tipo de atividade exercida, que pode implicar um maior desgaste físico e/ou mental; o maior volume de horas dispendidas pelas mulheres em atividades de cuidado no âmbito familiar/doméstico (dupla jornada); a persistente desvantagem remuneratória em relação aos homens, ainda que nas mesmas jornadas de trabalho e funções e a maior participação feminina nas estatísticas de contratação precárias e na economia informal. Os resultados do PNAD/IBGE em relação às jornadas no mercado de trabalho e o cuidado com afazeres domésticos mostram que os padrões de gênero na sociedade brasileira permaneceram praticamente inalterados. Em 2015, a jornada masculina com afazeres domésticos era em média de 10h semanais, mesmo valor encontrado em 2005. Já a jornada feminina em tais atividades é o dobro da masculina e somada à jornada delas no mercado de trabalho, excede a masculina em média em 5 horas semanais.

Na RT as mulheres foram as mais agredidas. E com relação a PEC 6/2019, o que esta propõe pra mulher?

Sinaït - De fato. Nessa proposta se promove a sua aguda desproteção social, dando continuidade ao rebaixamento do padrão civilizatório. Enfim, cumprir as regras da PEC 6/2019 para um dia se aposentar e viver uma velhice digna, será uma missão praticamente impossível, pois no limite desse processo de flexibilização, a proposta de capitalização, anunciada de maneira genérica na PEC 6..., caso exclua a participação dos empregadores em relação aos encargos previdenciários, desfaz a distinção jurídica entre emprego formal e informal, gerando uma espécie de institucionalização da informalidade.

Esta elaboração da PEC 6 pode se considerar que tem origem no Consenso de Washington?

Sinaït - Sim, porque as duas medidas centrais que balizam o cerne da PEC 6/19, desconstitucionalização e migração do sistema de repartição para o de capitalização, visam, em realidade, à desidratação do papel do Estado e a elevação do sistema financeiro privado a único garantidor e avalista dos desígnios sociais da população brasileira. Ademais, o declínio da capacidade institucional e regulatória nacional, incluindo o poder de polícia em todas as suas manifestações, que vem sendo paulatinamente introduzido em nossa sociedade, a partir dos desígnios do Consenso de Washington, revigorado no atual governo, representa o capítulo final do processo de completa desfiguração do Estado nacional. Seguir este rumo, restará apenas menos qualificação profissional e produtividade, mais concentração econômica, mas miséria, mais violência, ou seja, menos desenvolvimento na nossa sociedade, é isso.

SINAIT NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA
Pelo direito a uma aposentadoria digna!

▶ SEE BF-PI realiza Seminário

Ex-ministro da Previdência critica modelo de Reforma da Previdência

Por João Henrique Vieira
Jornalista, Ass. Imprensa/Seebf-Pi

“O centro da reforma da Previdência é um divisor de águas, ou vamos para a era da igualdade, ou para a barbárie”, afirmou o ex-ministro da Previdência, Carlos Gabas, em seminário realizado no Sindicato dos Bancários do Piauí (SEEBF-PI), dia 30/03. O evento reuniu ainda a economista técnica do DIESE, Vivian Machado, a vice-governadora Regina Sousa, e os deputados federais Assis Carvalho e Júlio César debatendo sobre a previdência e a importância dos bancos públicos para o desenvolvimento do país.

O presidente do SEEBF-PI, Arimatea Passos ressaltou a importância do debate para o esclarecimento sobre o tema. “Vejo como uma grande oportunidade esse seminário, procurando envolver toda a rede sindical, a população e o movimento social para que possamos criar mecanismos para entender e nos defender do que está sendo proposto como reforma para a Previdência, para fortalecer essa rede de resistência e defesa da seguridade social brasileira”, afirmou.

Segundo Gabas, essa não é uma reforma, é um ajuste



“O que ele está propondo agora é uma redução absurda de direitos. Basta dizer que quer reduzir o benefício de idosos pobres, deficientes pobres de um salário mínimo para R\$ 400 reais, e ao mesmo tempo mantém benefícios para empresas petrolíferas estrangeiras que não pagam contribuições, abrindo mão de R\$ 1 trilhão de reais de impostos. Porque temos que isentar empresas petrolíferas estrangeiras e reduzir o benefício do idoso pobre, que que justifica isso?”

fiscal que coloca na conta do trabalhador todo o desequilíbrio das contas públicas. A PEC 6/2019 acaba com a solidariedade, destruindo Seguridade Social, prejudica os mais pobres, entrega a Previdência para os bancos privados e não há diálogo com quem será atingido por ela.

“O que ele está propondo agora é uma redução absurda de direitos. Basta dizer que quer reduzir o benefício de idosos pobres, deficientes pobres de um salário mínimo para R\$ 400 reais, e ao mesmo tempo mantém benefícios para empresas petrolíferas estrangeiras que não pagam

contribuições, abrindo mão de R\$ 1 trilhão de reais de impostos. Porque temos que isentar empresas petrolíferas estrangeiras e reduzir o benefício do idoso pobre, que que justifica isso?”, questionou Gabas.

O ex-ministro explicou que o problema se resolve

com a retomada da atividade econômica do país e cita como exemplo, o período de 2015. “Vamos voltar a 2015 em que tínhamos um superávit nas contas urbanas. O que aconteceu de 2015 para cá? aumentou o desemprego e caíram as contribuições dos empregados e empregadores.

Precisamos primeiro retomar a economia do país. Segundo ponto, acabarmos com privilégios. Essa reforma não acaba com nenhum privilégio, continuaremos com gente ganhando mais de R\$ 200 mil por mês, sobre isso ele não mexe uma vírgula. Nós queremos discutir isso”.

▶ Despreparo do Governo Bolsonaro

Gabás ressaltou ainda o despreparo do Governo Bolsonaro, que não dialoga nem com a sociedade, nem com o Congresso. “Apesar de o presidente ter sido deputado por 27 anos, foi um deputado ausente e não conhece a tramitação do Congresso. Se eu fosse presidente da república e tivesse que aprovar uma reforma importante como essa eu

iria dialogar com o Congresso e não ficar trocando farpas pelo twitter. Isso é uma coisa infantil que não contribui para o diálogo, nem para o andamento das coisas como devem ser”, afirmou.

A vice-governadora do Piauí, Regina Sousa, destacou a importância de amplificar esse debate para toda a sociedade. “A gente tem que levar o debate para a

rua. Aqui é uma espécie de capacitação. Todo mundo que está aqui, deve sair com a obrigação de fazer esse diálogo lá fora, principalmente, com as pessoas da periferia. Ninguém vai lá dialogar com eles. Temos que ir para a rua. A gente fala contra, mas o governo federal tem muito mais meios para falar a favor e quem não tem a visão mais aprofunda-

do assunto acaba acreditando”, enfatizou Regina.

O deputado federal Assis Carvalho (PT) também afirmou que a reforma não mexe com privilégios. “Tenho uma posição clara e objetiva contra a reforma da previdência. A reforma da previdência tem como finalidade fazer a capitação de R\$ 1 trilhão durante dez anos para aplicar

no sistema financeiro e nós não estamos preocupados com o sistema financeiro. Estou preocupado que a aposentadoria chegue lá na mão do trabalhador rural, da trabalhadora rural, da mulher e do homem do campo e da cidade. Essa proposta do governo Bolsonaro não apresenta nada para o desenvolvimento do nosso país”, afirmou Assis.

A importância dos bancos públicos para o país



A defesa dos bancos públicos e sua importância para o desenvolvimento do país foi outro tema discutido no Seminário realizado pelo Sindicato dos Bancários do Piauí (SEEBF-PI), dia 30/03. O debate sobre os bancos públicos foi apresentado pela economista técnica do DIESE, Vivian Machado e pelo deputado federal e coordenado da bancada do Nordeste na Câmara, Júlio César (PSD).

O presidente da CUT-Piauí, Paulo Bezerra, abriu o evento falando da necessidade

da geração de emprego e renda, do alto número de desempregados e desalentados no país, chamando a atenção para a importância do debate e do fortalecimento das empresas públicas na geração de emprego e renda. Ressaltou ainda a defesa da Seguridade Social à qual a mudança proposta põe em risco, e o quanto isso prejudicará o país e os trabalhadores.

Vivian Machado fez um panorama do sistema financeiro mostrando a importância dos bancos públicos, principalmente

para as regiões Norte e Nordeste do país. “Acho que a população ainda não se deu conta do quanto é fundamental para o desenvolvimento do país, das regiões por igual. A presença de um banco público é fundamental. Trazer números e argumentos para conhecimento do público é importante. Que os representantes das regiões defendam lá no Congresso a sua região”, afirmou Vivian.

A técnica do DIESE ainda ressaltou que o interesse dos bancos privados é apenas o lu-

cro. “O setor privado não está interessado no desenvolvimento. Está interessado no lucro, no mercado. Não está interessado naquele que precisa do banco, de políticas públicas, de incentivos para a geração de emprego e renda. É com política pública que você vai conseguir isso, o mercado não traz isso para a população, principalmente das regiões Norte e Nordeste do país. É fundamental mostrar para a população que a defesa do patrimônio público é urgente” afirmou.

▶ Defesa do Banco do Nordeste

O deputado federal Júlio César ressaltou que é totalmente contra a fusão do BNB com o BNDES porque irá diminuir o volume de recursos para a região. Como coordenado da bancada do Nordeste, tem feito a defesa do banco junto ao governo federal, defendendo que o BNB é um patrimônio regional e financiado com recursos do Fundo Constitucional, sendo quem mais investe na região. “Se compararmos todos os bancos públicos e todos os bancos privados, só o Banco do Nordeste investe mais de 60% no setor produtivo a médio e longo prazos. Então nós brigamos pela manutenção do Banco do Nordeste”, informou o deputado.

Júlio César destacou que a união das bancadas do Norte e Nordeste na defesa de seus bancos regionais. “Estamos trabalhando em conjunto. O Basa e o Banco do Nordeste são dois bancos públicos de duas regiões importantes que precisam desses bancos para ter um tratamento diferenciado”, afirmou.



Sindicato dos Urbanitários luta para minimizar os impactos da privatização na CEPISA

Mesmo com toda a luta dos trabalhadores e do Sindicato dos Urbanitários, recentemente a Companhia Energética do Piauí – CEPISA passou pelo processo de privatização, tendo seu controle acionário repassado à empresa privada Equatorial Energia, com isso, o que prevíamos aconteceu, ou seja, muitas mudanças e transformações para a sociedade e para os trabalhadores.

A primeira atitude da empresa foi realizar demissões em massa. Cerca de 800 trabalhadores foram demitidos, prejudicando suas famílias e afetando diretamente a economia da cidade e do Estado.

Outra consequência destas demissões volumosas é a qualidade dos serviços, que tem deixado a desejar, tendo inclusive aumentado o número de reclamações de consumidores, passando de 600, para 3 mil em média.

O sindicato vem trabalhando e continuará sua luta para minimizar os impactos dos efeitos da privatização, tanto para os trabalhadores que ainda se encontram na empresa, como para o consumidor.

Outro aspecto que tem deixado o sindicato vigilante é a questão da Campanha Salarial, que está a todo vapor. Representantes da entidade já estiveram reunidos com a diretoria da empresa por cinco vezes para tratar sobre o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho. A última reunião aconteceu dia 30 de abril, quando o Sindicato fez todos os esforços para concluir as negociações, mas, infelizmente, ainda não foi possível se chegar a um consenso para que se possa fechar o acordo.

Mesmo o sindicato tendo cedido em alguns aspectos, as negociações não têm avançado significativamente, pois a empresa vem



demonstrando a intenção de extinguir vários direitos dos trabalhadores. O Sindicato está tendo toda a atenção necessária nas negociações para que cláusulas de grande impacto para os trabalhadores sejam tratadas com todo o cuidado e para que não haja perdas para os trabalhadores da Cepisa, como o plano de saúde, ticket alimentação, banco de horas, liberação

sindical, diárias, FACEPI, mensalidade dos filiados ao sindicato, carga horária de trabalho, reposição salarial, entre outras cláusulas de grande relevância.

A próxima reunião está marcada para os dias 9 e 10 de maio, portanto pedimos aos trabalhadores que continuam atentos e mobilizados para que possamos conseguir um acordo justo para todos.

EM TEMPO - No dia 29 de março de 2019 aconteceu eleição para nova gestão do Sindicato dos Urbanitários, tendo a CHAPA 1, chapa da situação, ganhado a eleição, elegendo assim o mesmo grupo que vem administrando e representando os trabalhadores com ética, responsabilidade e transparência. A posse da nova diretoria acontece dia 15 de junho, a partir das 20h, na Associação Atlética Banco do Brasil – AABB.

Sindicato dos Urbanitários-PI

Convite

O Sindicato dos Urbanitários do Piauí, tem a honra de convidar a todos/as para participarem da solenidade de posse da Diretoria eleita para gestão do mandato 2019/2022, no dia 15 de junho de 2019, na AABB (salão principal), localizada na Av. João XXIII, 3260, São Cristóvão, em Teresina-PI.

Contamos com sua valiosa presença, ao tempo em que fortalecerá a nossa luta!

PROGRAMAÇÃO

MISSA
14/06/2019 (sexta-feira), 19h
Igreja São Raimundo
Praça Dom Severino - Piquarra

FESTA
15/06/2019 (Sábado), 20h
AABB
Av. João XXIII, 3260 - São Cristóvão



Aposentadoria ameaçada

Governo quer empurrar servidor para o INSS

Por Professor Pacheco
Ass. Jurídico do Sindespí

O Governador Wellington Dias quer empurrar a maioria dos servidores para o INSS. Ele **ajuzou uma ação no STF, a ADPF nº 573**, que, se for acatada, alguns artigos da Lei Estadual nº 4546/1992, que mudou o regime jurídico dos servidores do Estado do Piauí de celetista para estatutário, serão anulados e todo e qualquer servidor que tenha sido admitido sem concurso, **mesmo estabilizado pela Constituição de 1988**, deverão voltar ao Regime da CLT.

O objetivo do Governador é empurrar esses servidores para o Regime Geral de Previdência

(INSS), dando um calote fiscal no governo federal e um golpe nos servidores que já contribuíram por mais de 30 (trinta) anos para o **Regime Próprio de Previdência (antigo IAPEP, atual FUNDAÇÃO PREVIDENCIÁRIA)**.

Uma prova da intenção do Governo é que mandou suspender a tramitação de todos os processos de aposentadoria, que já se encontram parados e engatados na Fundação Previdenciária.

O SINDESPI e vários Sindicatos de servidores, em conjunto, estão tomando algumas providências no sentido de evitar esse desastre, dentre elas, a intervenção na ADPF, na



condição de terceiros interessados.

Na semana passada, os Sindicatos estiveram com o Presidente da Assembleia Legislativa, buscando participação em Audiência Pública e também estão planejando atos de protesto. Fora isso, o SINDESPI está lançando um ABAIXO-ASSINADO, so-

licitando do governador o andamento dos processos de aposentadoria e a desistência da Ação.

ENTENDA AS DIFERENÇAS E OS PREJUÍZOS:

O Regime Próprio de Previdência, a partir de 1998, tornou-se exclusivo dos servidores estatutários. Acontece que, naque-



la época, os servidores já contribuíam para o antigo IAPEP PREVIDÊNCIA (hoje Fundação Previdenciária), porque não havia essa exclusividade e continuam contribuindo até hoje. Se o STF mandar retirar esses servidores do quadro de estatutários, todos poderão ir para o INSS.

No Regime Geral de Pre-

vidência Social (INSS), **os servidores perderão: a aposentadoria integral** (porque lá existe teto e fator previdenciário); **a paridade** (porque depois de aposentado, seu provento perde qualquer vínculo com a carreira); **e o direito de acumulação** (porque no INSS, é proibido ter mais de um benefício).



SINDSERM realiza corrida contra a Reforma da Previdência...

Por Ohana Luize/Aline Sousa, Jornalistas e Ass. de Comunicação do SINDSERM

A Corrida em Defesa da Previdência Pública e Solidária realizada pelo Sindicato dos(as) Servidores(as) Públicos(as) Municipais de Teresina (SINDSERM), no dia 28 de abril teve objetivo de reunir servidores e a classe trabalhadora em geral através do esporte, lazer e interatividade na luta contra

a Reforma da Previdência. O evento também foi comemorativo aos 30 anos da entidade sindical.

Com um percurso de 5 Km, percorrido ao longo das ruas do centro de Teresina, passando em frente ao prédio onde funcionava o Ministério do Trabalho e também na sede da Prefeitura Municipal

de Teresina, o evento foi finalizado em frente ao Sindicato assim como foi na largada. Os corredores mostraram garra e determinação numa disputa que simboliza o que vai muito além de uma mera competição, mas que representa todo o futuro da classe trabalhadora brasileira. Com ambiente leve, familiar e amigável, o evento foi aprovado pela maioria dos participantes, gerando elogios sobre

a organização, segurança e descontração da corrida.

Aparecida Rodrigues, uma das servidoras e ganhadoras, disse em depoimento que “gostaria de parabenizar o SINDSERM pela corrida e todos aqueles que fazem parte dessa equipe presente, participativa e da luta! Achei maravilhoso juntar uma atividade alusiva à saúde com uma comemoração de aniversário do sindicato e uma manifestação tão coerente com esse momento de incertezas e de retaliação aos trabalhadores! Já sou corredora, só que tinha praticamente parado desde o final do ano passado. A corrida não deixou a desejar em nada em relação as corridas que acontecem em Teresina, principalmente por ter sido a primeira. Tudo perfeito! Estão todos de parabéns!” comentou.

No dia 29 de abril, ocorreu a premiação para os ganhadores da corrida na categoria de servidores (masculino e feminino). O evento foi



no Museu do Piauí e ainda teve o corte do bolo de 30 anos. O cantor Chico Moreno apresentou o melhor da MPB para os presentes e o professor da rede municipal, William Feitosa Júnior, declamou poesias convocando todos para as lutas.

O presidente do SINDSERM, Sinésio Soares, destacou a opção tomada pela atual gestão do Sindicato em fazer atividades que “tenham significado e uma simbologia”. Ele completou falando

sobre a luta contra a Reforma da Previdência. “Temos que, de todas as formas, sem utilizar do ódio e da mentira, levar essa luta para um número cada vez maior de pessoas. Precisamos lembrar que cuidar da saúde é um recado de que desejamos uma vida longa para quem luta”.

A corrida fez parte do calendário de atividades de organização do 1º de maio e das lutas contra a Reforma da Previdência, por salários e empregos.



O momento é de derrotar a Reforma da Previdência de Bolsonaro, diz Madela Nunes

Por Carlos Mascarenhas

Especialista em Direitos Humanos, pela UFPI, Maria Madalena Nunes analisa na entrevista abaixo, exclusiva para esta edição, o momento que vive o nosso país. Nas entrelinhas, explica porque o desafio do momento é derrotar a Reforma da Previdência de Bolsonaro, que quer acabar com a nossa aposentadoria. Sem titubeio, crítica o posicionamento dos parlamentares piauienses que já declararam ser favorável a tal reforma, “talvez atraídos pelos 40 milhões oferecidos pelo governo”. Madalena informa que a deputada Margarete Coelho (PP), que ainda não tinha se manifestado, votou favorável na CCJ, o que considera uma “tragédia, traição da parlamentar aos eleitores e às mulheres que votaram nela... não foi eleita para ser a favor de acabar com a aposentadoria...”. Sobre o papel da grande mídia ao defender a reforma da Previdência, Madalena sentença: “A imprensa sempre soube de que lado está... É deplorável esse papel que a imprensa cumpre”. Atente para suas genuínas reflexões, boa leitura.

REVISTA ATENTE – Como a senhora analisa esse momento em que o governo atual quer aprovar sua Reforma da Previdência?

MARIA MADALENA NUNES – Analiso como um grande desafio. Nesse momento a meta é derrotar a proposta de reforma do governo Bolsonaro que quer acabar com a nossa aposentadoria. E neste sentido, todas as centrais sindicais estão unidas e têm isso como a luta central, porque o governo quer acabar com a Previdência e o Sistema de Seguridade Social, com o propósito de enriquecer ainda mais os banqueiros. A proposta pretende privatizar a Previdência e transformar o Regime de Participação Solidário, construído ao longo da vida da classe trabalhadora e colocar no mercado, no Sistema de Capitalização, retirando todas as garantias constitucionais. Então é um ataque cruel às pessoas que vivem do seu trabalho, especialmente às mais pobres, as mulheres, a ponto de desconsiderar uma construção histórica da dupla jornada de trabalho, porque poucos homens assumem tarefa em casa, com os filhos..., desrespeitar esse direito é mais uma afronta a classe trabalhadora.

RA - E no caso da mulher trabalhadora rural?

MMN – É mais cruel ainda! Tirar direitos delas é desconsiderar o sofrimento das mulheres que labutam na agricultura familiar, e como sabemos, é a pequena agricultura que alimenta o Brasil. Se hoje já é difícil garantir a aposentadoria rural, imagine aumentando a idade delas de 55 para 60 anos, e o tempo de contribuição de 15 para 20 anos? Com essa reforma, não é só a aposentadoria que vai acabar, também os benefícios sociais estão na mira dos capitalistas. A garantia na Constituição de que nenhum benefício será menor do que o salário mínimo, está também em jogo. O governo propõe reduzir para 400 reais o benefício de prestação continuada para as pessoas mais vulneráveis da sociedade. O salário mínimo que já não atende as necessidades vitais das pessoas é considerado um privilégio

pelo governo e a reforma quer acabar com essa garantia porque considera um privilégio. É um absurdo!

RA - E qual a posição do seu partido, o Psol, em relação a RP?

MMN – A posição do PSOL é clara: derrotar a Reforma da Previdência. A CPI do Senado realizada em 2017 comprovou que os problemas da Previdência são as isenções fiscais, os débitos das grandes empresas e bancos porque os ricos devem a Previdência, mas todos são isentos de suas responsabilidades previdenciárias, então a CPI comprova isso e também que a Previdência não é deficitária. A questão da Seguridade Social não pode ser um cálculo feito apenas a partir das contribuições dos empregados e dos empregadores, porque têm outras fontes de arrecadação que dão sustentação a Seguridade Social. E aí temos esse grande desafio que é convencer a sociedade de que essa reforma não pode ser aprovada.

RA - E o que seu partido propõe?

MMN – Fazer esse debate. Se o governo quer atacar privilégios, a primeira coisa é fazer o que apontou a CPI da Previdência. Cobrar de quem está devendo. A falácia de déficit da Previdência e essa pretensão de arrecadar 1 trilhão, daqui a 10 anos, temos que desmascarar. Sabemos que os privilégios são da elite político-econômica, da elite do serviço público etc. Ao invés de cobrar de quem deve a Previdência, preferem acabar com a aposentadoria. Com essa política, o Estado não poderá lhe assistir porque aprovaram a EC (Emenda Constitucional-95) que congelou tudo por 20 anos. Aprovaram a Reforma Trabalhista, a terceirização e tantas outras reformas que só pioraram a nossa vida e aumentou o desemprego. As pessoas que estão sendo contratadas sem carteira assinada, a chamada carteira verde-amarela, são ataques que afetam a vida das pessoas e repercute na Previdência, porque se a pessoa tinha a CTPS assinada e não tem mais, não pode mais contribuir. Então temos que fazer esse debate. Por que não cobram dos banqueiros que lucram cada vez mais? Cadê o imposto sobre as grandes fortunas? A Reforma Tributária? E a Dívida Pública que usurpa quase 50% do Orçamento da União? Por que não fazem Auditoria? Porque é outra fonte de desvio de dinheiro público para o setor privado. São trilhões desviados para banqueiros, grandes financistas que vivem da especulação. É o capital que faz o humor do mercado e da classe dominante em nome de uma dívida que nunca foi auditada.

RA - Mas o governo está investindo pesado para aprovar...

MMN – Sim, o governo está distribuindo 40 milhões para parlamentares votar essa reforma, quer dizer, é uma afronta. Cadê a crise que ele alega? Na hora de aumentar o reajuste do salário mínimo ele diz que não pode porque o país está em crise, mas tem à sua disposição 40 milhões para distribuir entre seus pares. Ou seja, tem uma mentira sendo contada, e o que nos compete é desmascarar essa mentira.

RA - E sobre o posicionamento dos parlamentares do Piauí que dizem ser favorável a tal reforma?

MMN – É uma lástima! Com certeza as pessoas não votaram nesse governo e nem nesses parlamentares para acabar com a aposentadoria. Na CCJ, por exemplo, a Margarete Coelho votou favorável. Isso é uma tragédia, ela está prejudicando seus eleitores e as mulheres que a elegeram e a deputada sabe que a Reforma da Previdência ataca ainda mais as mulheres... Acho que o movimento Sindical e Popular, os Movimentos de Mulheres têm que procurar ela e fazer essa cobrança. Vários deputados piauienses já se manifestaram favorável, talvez atraídos pelos milhões que o

governo ofereceu, e é nesse balcão de negócios do Congresso Nacional que eles conseguem se perpetuar. Tanto a CPI como vários estudos de pessoas especializadas, apontam no mesmo sentido: não existe déficit na Previdência, o que existe são grandes devedores, banqueiros, empresários... beneficiados com isenções e perdão de dívidas previdenciárias. Então, a pergunta que se faz é: se existe crise, como o governo oferece 40 milhões para cada parlamentar? Então temos que cobrar dos deputados compromisso com a população e com o Brasil.

Como os municípios brasileiros serão afetados com essa RP?

MMN – Pois é, estima-se que em torno de 90% dos municípios brasileiros dependem dos valores pagos aos beneficiários da Previdência para movimentar sua economia. Como esses municípios irão sobreviver? Os deputados devem responder essa pergunta, antes de jogar o Brasil no caos.

RA - Como analisa o papel da grande mídia nessa questão da RP?

MMN – Outra tragédia! Temos uma imprensa que sempre mostra de que lado está, apesar de ser uma concessão pública, é a primeira a defender privatizações. Defender que o Brasil entregue suas riquezas a grandes banqueiros, latifundiários, grandes empresários e empresas internacionais. Defendem a reforma de Bolsonaro de acabar com a aposentadoria. Não vemos uma única rede de comunicação, escrita, televisiva ou auditiva que levante pelo menos a polêmica se existe ou não déficit. Não há questionamentos pela grande mídia, não levantam nenhuma dúvida. Pelo contrário, defendem pela mesma voz e repetem a grande mentira: ou faz a reforma ou o Brasil quebra. Criam esse cenário de escassez, mas quem está sofrendo com essa escassez? As pessoas que trabalham ou é a elite brasileira? Os banqueiros batem recordes de lucros, enquanto o povo perde seu salário, emprego, um grande contingente de desempregados que ultrapassa os 13 milhões. Mas os ricos fazem a farra e ficam cada vez mais ricos. Então é um papel deplorável esse que a imprensa cumpre.

RA - E as ações a serem tomadas pelo movimento...?

MMN – Temos que urgentemente cobrar que o Estado retome seu papel da comunicação, porque não é justo a população brasileira ter uma imprensa tão voltada para o grande capital, com a mesma força que ataca a classe trabalhadora e o Brasil. E se a gente não faz isso agora, como é que vamos ficar? Vamos esperar ficar na mesma situação da Argentina, do Chile e de outros países que fizeram essa reforma e hoje a aposentadoria é em torno de 400 reais? Levando as pessoas que trabalharam a vida inteira e hoje, sem aposentadoria e sem futuro são levadas ao suicídio? Vamos permitir a ausência do Estado na assistência social? Então, pagamos impostos para quê? Nada disso a imprensa traz para o debate. Ela não faz essa comparação de que enquanto o Brasil diz que vive essa crise enorme, que tem que fazer todas as reformas, entregar todas as nossas riquezas, a gente olha pro outro lado e não vê escassez, tem é muita gente esbanjando e lucrando às nossas custas. Ademais, nosso país é rico, tem inclusive a desfaçatez do governo destinar quase 50% do Orçamento da União para pagar banqueiros, de uma dívida que só cresce e nunca foi auditada. Só temos a lamentar o papel que a mídia cumpre. Apostamos no coletivo, a partir dos movimentos sociais, fortalecendo a mídia alternativa nessa cobrança do desserviço social, chegaremos ao Estado, botar em xeque o papel da grande imprensa e fazer com que essa história se reverta, é isso.

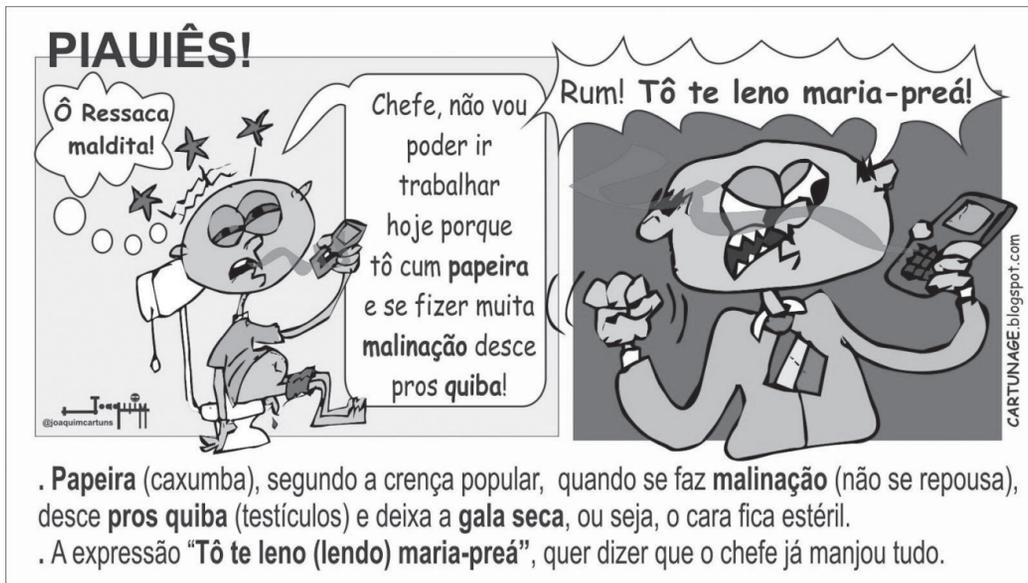
“É possível parar de respirar e continuar vivendo?” dispara Joaquim Monteiro, cartunista do dialeto piauiês

Por Ohana Luize, Jornalista e Ass. de Comunicação do SINDSERM

Para preservar o modo de expressão dos piauienses, o dialeto chamado piauiês, e torná-lo conhecido através do humor e da arte visual, o artista Joaquim Monteiro já conseguiu reunir, por meio de dois livros publicados, diversos retratos cotidianos. Os materiais trazem o uso de expressões como mermã (abreviação de minha irmã, forma de chamar alguém em uma conversa), nam (jeito piauiense de falar não, especialmente quando quer enfatizar), armaria (ave Maria), mangar (rir de alguém), bulir (aborrecer), dentre tantas outras. Aos 49 anos, o professor, cartunista e designer gráfico também expressa nos desenhos uma visão de mundo para além do seu quintal, tocando em questões sociais e políticas desde os anos de 1990.

“Só comecei a fazer trabalhos profissionalmente após 1995, quando já havia iniciado o curso de Artes na Federal e comecei a ver meus desenhos com outros olhos. Até então era só ‘uma diversão sem futuro’. Em 1996, na primeira participação em um concurso de caricaturas (o Salão Internacional de Humor do Piauí) já emplaquei um desenho entre os 10 melhores. Mesmo assim, só comecei a priorizar o desenho de humor 10 anos depois, em 2006, quando resolvi usar as redes sociais para divulgar meus trabalhos. Em 2011 lancei meu primeiro livro de cartuns (Dê gaitadas a folote com o Piauiês) e eles viraram memes nas redes sociais”, conta Joaquim sobre os trabalhos artísticos.

Graduado em Educação Artística com habilitação em Artes Plásticas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e especialista em História da Arte e Arquitetura, Joaquim prefere usar o título de arte-educador. Ao longo da trajetória ele já expôs trabalhos em eventos como: XIV Salão Internacional de Humor do Piauí em Teresina-PI (1996); Mitos e Lendas – República dos Quadrinhos em Natal-RN (2010); Traços Pelos Direitos Humanos do Instituto Henfil e ABI-RJ (2013); Salão de Humor da Unimed em Teresina (2015); Exposição sobre a Jovem Guarda no projeto Artes de Março do Teresina Shopping (2018). Dentre as modalidades de desenho ele destaca: “gosto muito do desenho realista, retratos realistas em especial, mas minha especialidade é mesmo o desenho de humor – o cartum, a charge e a caricatura”.



. **Papeira** (caxumba), segundo a crença popular, quando se faz **malinação** (não se repousa), desce **pros quiba** (testículos) e deixa a **gala seca**, ou seja, o cara fica estéril.

. A expressão “**Tô te leno (lendo) maria-preá**”, quer dizer que o chefe já manjou tudo.

O jornalista Inácio Pinheiro produziu em 2016, junto com um grupo de estudantes universitários, atualmente profissionais, o documentário “Piauiês nosso de cada dia” para tratar das expressões divertidas e cotidianas. Durante a produção a equipe lembrou o trabalho de Joaquim e os dois livros sobre o assunto. A obra então foi objeto de estudo do grupo e baseou esquetes do documentário que contou com entrevista do autor.

“O que é mais legal do trabalho do Joaquim Monteiro é que a obra dele é acessível. Não se trata de um texto denso, de uma leitura complexa. São charges, gravuras, caricaturas com histórias e expressões muito engraçadas. Tanto as pessoas do Piauí como as de fora entendem e se divertem. São poucos os trabalhos como o dele. É muito importante para valorização da nossa história, da nossa

cultura, do nosso jeito de ser”, opina o jornalista Inácio Pinheiro

As expressões correspondem ao dia a dia de pessoas que residem na capital, no interior e também aqueles que moram fora do estado, mas mantêm a tradição. “Não existe (ou não deveria existir) preconceito, porque todo mundo se entende e se enxerga nesse modo de falar. São expressões típicas daqui que nos unem e nos fazem únicos. É a nossa identidade”, lembra Inácio.

Esse reconhecimento é considerado por Joaquim uma das suas maiores emoções como artista. “A grande satisfação do artista é ver a reação do público ante sua obra. Para mim, a maior surpresa mesmo foi ver a repercussão dos cartuns sobre piauiês e dos meus dois livros”. Ele utiliza as redes sociais Facebook e Instagram para divulgar os trabalhos e fala das dificuldades no mercado local para quem deseja viver de arte. “O artista piauiense para viver de arte tem que olhar para fora, fazer o máximo para que sua arte chegue aos grandes centros, e lá disputar corpo a corpo, com meio mundo de gente. Mas é fundamental participar de exposições fora do estado”.

Joaquim Monteiro declara um amadurecimento na sua arte e fala sobre o conceito de politicamente correto. “Acho que nos últimos 10 anos minha arte passou por um processo de amadurecimento e de responsabilidade social. Hoje sou mais consciente, mais maduro. Minha arte tem um caráter de classe. Sou mais politizado e atento com as demandas das minorias oprimidas. Não chamo de “politicamente correto” porque não gosto de me apossar de expressões cunhadas pelos inimigos para depreciar, digo uma arte classista e engajada politicamente contra as opressões”.

O piauiense procura escrever, desenhar e viver a arte em todos os âmbitos da vida e sobre a possibilidade de parar, Joaquim é rápido em dizer: “É possível parar de respirar e continuar vivendo? Ou de bombear o sangue e permanecer de pé?”. As respostas através de questionamentos já indicam que essa peleja (em piauiês podemos considerar como trabalho, tarefa árdua) deve continuar.

* Ordem ideológica, econômica, política e legal que constitui uma sociedade ou um Estado.
<https://labdicajornalismo.com/>



Como referências artísticas ele preserva grandes nomes a exemplo de Michelangelo e Leonardo da Vinci, mas segue uma vertente expressionista e classifica: “Van Gogh é Deus”. Nas peças de humor há espaço para outros como “o Angeli, o Glauco e a Laerte. Do Angeli, em especial”.

Na função de professor, ele acredita em uma arte “inconformada, transformadora (em sua essência) e revolucionária, não só do ponto de vista técnico-formal, mas do ponto de vista do conteúdo”. O artista pessoalmente aparenta comportamento introspectivo, meio tímido, e fala que gosta de deixar o ambiente leve e quase informal nas aulas que leciona nas redes estadual e municipal de ensino público em Teresina. Para ele, uma das missões como arte-educador é fazer valer o que chama de “função desalienadora da arte. A arte é inquietada, a arte quando se acomoda vira o principal instrumento do establishment”. Mas quando ela segue sua natureza, ela sempre será contestadora, revoltada e revolucionária”.

Essa visão pode ser considerada polêmica. Nos trabalhos de Joaquim é possível observar a acidez nas críticas que faz e um

posicionamento político abertamente de esquerda. “A charge, seguindo a tradição de Daumier, é uma carga de críticas, de humor mordaz, fino e certo. Mas existem chargistas que utilizam mais ou menos humor. Latuff, por exemplo, tem como filosofia não usar o humor, seu trabalho é mais jornalístico, mais descritivo de uma realidade. Já outros usam um humor mais refinado, como a cartunista Laerte. Eu sou do time dos que gostam do humor eschachado, já citei que sou fã do Angeli. Um humor meio anarquista. Meus cartuns e minhas charges são bem humoradas e são carregadas de uma crítica da realidade cheia de sarcasmo. Esse tipo de humor incomoda. O mestre Henfil nos deixou uma lição, que o verdadeiro humor tem de incomodar os que estão no poder, e não os oprimidos. Portanto, carrego a pena contra os que estão bem, no conforto de seus privilégios e do poder”, conta.

Questionado sobre retaliações, ele diz que nunca ocorreu diretamente. “Já ouvi relatos de pessoas que queriam me processar por essa ou aquela charge postada ou que estivesse circulando por aí. Mas até agora nada me chegou em mãos”.



Piauiês e outros trabalhos

Os livros “Dê gaitadas a folote com o piauiês” e “Dê gaitadas a folote com o piauiês II – A peleja” foram lançados, respectivamente, em 2011 e 2015. “O primeiro foi resultado de um processo, digamos, natural. Eu gostava de fazer cartuns carregados de expressões regionais que eu ouvia quando criança, muitas delas já tinham caído até no esquecimento. Depois conheci ‘A Grande Enciclopédia do Piauiês’, do jornalista Paulo José Cunha, com ilustrações do cartunista Jota A, e então passei a mergulhar nessa obra e pinçar muitas expressões que foram utilizadas nos meus cartuns”, explica o cartunista que coleciona leitores dentro e fora do país em lugares como Argentina, Portugal, Espanha e Itália.

“Já o segundo veio como consequência do primeiro, melhor elaborado e mais maduro, com melhor acabamento, tendo o cuidado de não colocar cartuns que reforçassem opressões, cuidado que não tive no primeiro”, explica Joaquim que adianta estar trabalhando na produção de um terceiro projeto. “A ideia inicial é uma coletânea com alguns escolhidos dos dois primeiros e alguns inéditos. Vamos ver se dá certo”.

SINAIT

NOTA
PÚBLICA

“Simplificação” das NRs é um atentado contra a vida dos trabalhadores brasileiros

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT manifesta sua indignação com as declarações de autoridades do governo federal acerca da “simplificação” das Normas Regulamentadoras – NRs. Essas normas são o ordenamento jurídico mais completo em termos de segurança e saúde, que tem foco na proteção da integridade física, da saúde e da vida dos trabalhadores brasileiros.

A série de 37 NRs vigente teve início na década de 1970, em plena ditadura militar, quando o Brasil, lamentavelmente, era o campeão mundial de acidentes de trabalho. De lá para cá, o cenário melhorou muito, em grande parte, graças ao esforço de construção das NRs e da Fiscalização do Trabalho.

Mas ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar uma situação que seja, no mínimo, aceitável. O Brasil ainda ocupa o quarto lugar no ranking mundial de acidentes de trabalho. Segundo as estatísticas oficiais da Previdência Social, por ano, quase três mil pessoas perdem a vida em consequência de acidentes de trabalho. Mais de 14 mil são afastados por lesões incapacitantes. E mais de 700 mil pessoas compõem a estatística oficial de acidentes e adoecimentos laborais.

Nos últimos seis anos ocorreu um acidente de trabalho a cada 49 segundos, o que levaria qualquer governo a adotar medidas diametralmente opostas ao que se anuncia. Principalmente porque se sabe que, num país cuja informalidade alcança praticamente a metade da população economicamente ativa, estes números são apenas a ponta do iceberg. É preciso investir muito mais para reverter a situação de insegurança e insalubridade nos ambientes de trabalho. Não o contrário.

As autoridades focam prioritariamente os empresários que, segundo eles, encontram um ambiente hostil ao investimento. Afirmam, também, que a legislação não é moderna. O SINAIT salienta que esse é um ponto de vista questionável, pois as NRs são construídas em comissões tripartites – com representantes do governo, de empregados e empregadores – e que há um processo contínuo de discussão das normas. A grande maioria das 37 NRs passou e passa por atualização constante para adequá-las à legislação e à realidade do mundo do trabalho. São, portanto, normas dinâmicas, e, sim, modernas. Não há valor maior, na visão do SINAIT, do que a proteção da vida. Esse é, no caso, o objetivo das Normas Regulamentadoras, desde a sua concepção.

O SINAIT fez e continuará fazendo a luta em defesa das NRs como um importante instrumento de proteção à vida e saúde dos trabalhadores. Se para o empreendedor é desejável encontrar um ambiente acolhedor para seus negócios, para os trabalhadores é um direito constitucional encontrar um ambiente de trabalho livre de riscos de acidentes e adoecimentos, o que não se verifica em grande parte das empresas brasileiras.

Diretoria Executiva Nacional do SINAIT



Sindicato dos Bancários do Piauí 65 anos de lutas e conquistas

Por João Henrique Vieira
Jornalista, Ass. Imprensa/Seebf-Pi

Uma história de lutas e conquistas tem sido a jornada do Sindicato dos Bancários do Piauí (SEEBF-PI) que no dia 17 de março completou 65 anos de existência. Fundado em 1954, tendo como primeiro presidente o bancário do Banco do Brasil José Maria Soares Ribeiro, pioneiro dessa caminhada por direitos e garantias para a categoria bancária no Piauí.



“A importância dessa data é festejar a história e o trabalho de um dos sindicatos

mais atuantes do nosso Estado, que nasceu com a missão de defender a cate-

goria bancária e completa 65 anos de muitas lutas e vitórias. Sem sindicato é

impossível que qualquer trabalhador em qualquer atividade alcance conqui-

tas e melhorias no seu trabalho. É importante preservar, se associar e fazer parte do sindicato pela importância que tem em defesa dos trabalhadores. As garantias trabalhistas que a categoria alcançou até aqui são fruto de uma luta do movimento sindical. E seguimos sempre olhando para frente, ainda mais nesse momento tão fundamental de luta em defesa dos trabalhadores”, afirmou Arimatea Passos, presidente do SEEBF-PI.



Histórico de lutas e vitórias

Ao longo desses 65 anos diversas conquistas foram alcançadas, destacamos entre elas, ações jurídicas vitoriosas; construção e ampliação da Colônia de Férias; Albergue, sede própria da Regional Delta; Lei de Segurança Bancária; ganhos salariais; PLR de forma mais justa e garantida em CCT; Planos de Saúde; promoções; incorporação de funcionários do BEP ao Banco do Brasil, entre tantas outras conquistas.

Nossa História é constru-

ída de diariamente, sempre em unidade com a categoria. Sempre na resistência e rumo às vitórias e em comemoração, a Diretoria e a categoria celebraram juntos com festa na AABB – Teresina (23/03).

“É muito importante estar nessa jornada construindo diariamente um sindicato de luta. Uma jornada que significa luta por direitos. Nesse momento em que a política é de retirada de direitos, momento político tão difícil para o movimento sindical é importante que todos se unam

e participem dessas lutas. O movimento sindical é um recorte da sociedade em toda sua diversidade de gêneros, raça e credo. É uma jornada que busca a igualdade entre homens e mulheres, de dignidade e reconhecimento da classe trabalhadora. Por isso, é importante que todos se olhem e se respeitem e assim trabalhamos”, afirmou Arimatea Passos, durante o evento de comemoração.

O vice-presidente do SEEBF-PI, Odaly Medeiros, também destacou a luta e o reconheci-

mento do sindicato. “Esse sucesso não é apenas pelos anos que se passam, mas pelas conquistas a cada ano e a cada momento. Temos o momento de ir para as ruas lutar e também os de confraternização, como hoje, em que juntamos bancários e bancárias do Estado em comemoração a nossa entidade” afirmou Odaly.

Bastante prestigiada, a festa contou a participação de bancários da ativa, aposentados e ex-bancários, como o deputado Assis Carvalho (PT). “São 65 anos de história sempre unida às pautas da classe trabalhadora. Este sindicato é um exemplo”, disse Assis Carvalho. Já o diretor do SEEBF-PI, Antônio Machado, ressaltou que as lutas e conquistas são frutos da força da união. “É uma das categorias que consegue uma mobilização fantástica de seus associados. O sindicato são os associados e momentos como esse fortalecem ainda mais nossa união e renovam as energias”, disse Machado.

O diretor do SEEBF-PI, Marcus Vinícius, também destacou a união como a força da categoria. “Comemorar 65 anos de um sindicato forte, com muitas conquistas ao longo do tempo e num momento em que, mais do nunca, é necessário fortalecer a unidade e o movimento sindical como um todo”, afirmou. Já o diretor de Cultura, Carlos Arias Camarão, frisou a história vitoriosa desde seu início. “São 65 anos de muita luta que começou como



Associação do Banco do Brasil e depois passou a ser sindicato. Fazemos essa união entre todos os bancos, buscando cada vez mais essa sintonia com o associado que nos dá garra para lutar por essa categoria”, afirmou.

Gilberto Soares, di-

retor Administrativo do SEEBF-PI, comentou sobre bonita história do sindicato. “Hoje é um dia de festa, comemorar o aniversário de um sindicato de luta em prol da categoria, forte, atuante e combativo, que tem dado todo apoio à categoria nesses 65 anos”, afirmou.